

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.041.168/0001-10 | NIRE 31.300.027.261

Companhia Aberta



MANUAL DE PARTICIPAÇÃO E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária a ser
realizada em 19 de abril de 2023

17 DE MARÇO DE 2023

log

Sumário

Mensagem da Administração	3
Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária	4
Edital de Convocação	10
Proposta da Administração	13
ANEXO I	
COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	17
ANEXO II	
INFORMAÇÕES SOBRE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO.....	52
ANEXO III	
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO DE 2023	59
ANEXO IV	
CANDIDATOS INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA.....	60
ANEXO V	
INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	77

Mensagem da Administração

Prezados Acionistas,

A LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A. ("LOG" ou "Companhia" ou "Log") convida V. Sas a participarem da Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia" ou "AGO"), a ser realizada em 19 de abril de 2023, às 10:00hrs, de modo exclusivamente virtual, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos Pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) fixar o número de assentos do Conselho de Administração para o próximo mandato; (iv) eleger os membros do Conselho de Administração; (v) instalar o Conselho Fiscal e eleger os seus membros e respectivos suplentes, para o próximo mandato, caso aprovada a instalação; e (vi) deliberar sobre a remuneração anual e global para os administradores no exercício social de 2023.

A AGO será realizada de modo exclusivamente virtual, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, via plataforma digital a ser disponibilizada pela LOG.

Com o fim de disponibilizar de maneira clara e objetiva as informações necessárias para que os acionistas participem da AGO e exerçam seu direito de voto, a Companhia preparou o presente Manual de Participação e Proposta da Administração ("Manual"), contendo as orientações e procedimentos que devem ser observados pelos acionistas na AGO, incluindo as instruções para utilização da plataforma digital e as informações e documentos relativos à Proposta da Administração da Companhia para deliberação dos itens constantes da ordem do dia.

Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a LOG também adotará sistema de voto a distância na AGO. As instruções para preenchimento e envio do boletim de voto a distância estão detalhadas no próprio boletim e mais adiante neste documento.

Os documentos relativos às matérias a serem deliberadas seguem aqui anexos e encontram-se à disposição de V.Sas. nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (b3.com.br) e da Companhia (ri.logcp.com.br).

Cordialmente,

Conselho de Administração

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária

Poderão participar da AGO todos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia, desde que comprovem, com a documentação apropriada, a sua identidade e respectiva participação acionária, na forma do art. 126 da Lei 6.404/76. Os acionistas poderão participar da AGO (i) virtualmente, por meio da plataforma digital a ser disponibilizada pela LOG; ou (ii) por meio do envio do Boletim de Voto a Distância.

Visando facilitar a participação dos acionistas na AGO, a Companhia dispensará o reconhecimento de firma e a apresentação de cópias autenticadas dos documentos de identidade. Ressaltamos, contudo, que documentos que não sejam lavrados em português deverão ser acompanhados da respectiva tradução.

Os tópicos seguintes descrevem os procedimentos a serem observados pelos acionistas e os documentos a serem apresentados para a sua participação na AGO.



Participação por meio de plataforma digital

Os acionistas que optarem por participar da AGO por meio de plataforma digital deverão realizar o credenciamento e enviar os documentos indicados neste Manual por meio do link:

<https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=768F531CB064>.

Os acionistas deverão enviar à Companhia, por meio de plataforma digital, cópias digitalizadas dos seguintes documentos:

Pessoas Físicas

- Documento de identidade com foto do acionista.

Pessoas Jurídicas

- Último estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver alterações posteriores.
- Demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo.
- Documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.

Fundos de Investimentos

- Último regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente).
- Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação e exercício do direito de voto do fundo.
- Documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.

Adicionalmente, nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/76, os acionistas deverão apresentar comprovante de participação acionária emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia.

Orientações para participação por meio de procurador

O acionista que seja pessoa física poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º da Lei 6.404/76, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia.

O acionista que seja pessoa jurídica ou fundo de investimento, por sua vez, poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que este não seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia, em linha com o entendimento da CVM sobre o tema.

As procurações devem ser outorgadas por escrito e, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1.º e §2.º do Código Civil (Lei nº 10.406/02), deverão conter a indicação dos respectivos lugares onde foram outorgadas, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, dispensado o reconhecimento da firma do outorgante.



Participação por meio de plataforma digital

Para permitir a adequada organização dos trabalhos, os acionistas que desejarem participar da AGO via plataforma digital deverão realizar o credenciamento e enviar os documentos indicados acima, **impreterivelmente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data e horário da AGO, isto é, até às 10:00hrs do dia 17 de abril de 2023, respeitando as regras previstas no art. 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/22.**

O credenciamento e o envio dos documentos indicados neste Manual deverão ser realizados por meio do acesso ao link:

<https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=768F531CB064>

Após a verificação da documentação e efetivação do credenciamento, a LOG enviará por correio eletrônico, até 1 (um) dia antes da data de realização da Assembleia, as instruções de acesso ao sistema eletrônico pelo acionista ou o seu procurador/representante participar da Assembleia ("Acionista Credenciado"). Será emitido apenas 01 (um) convite individual por Acionista Credenciado.

Caso o Acionista Credenciado não receba o convite individual no prazo mencionado acima, este deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores pelo endereço eletrônico ri@logcp.com.br, ou por meio do telefone +55 31 3615-8400.

Os Acionistas Credenciados se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da Assembleia; (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia.

A LOG ressalta que apenas será considerado presente à Assembleia o acionista e/ou o seu procurador/representante que realizar o credenciamento no prazo indicado pela Companhia neste Manual e ingressar na plataforma digital na data e horário da Assembleia ("Acionista(s) Presente(s)").

A Plataforma Digital atende aos requisitos previstos no §1º do art. 28 da Resolução CVM nº 81/22, quais sejam: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da Assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas.

Durante a realização da Assembleia, os Acionistas Presentes terão seus microfones colocados em mudo e suas câmeras desligadas, a fim evitar instabilidade na conexão e melhorar a qualidade de som. Após a exposição sobre cada matéria constante da Ordem do Dia, o Acionista Presente que queira se manifestar deverá solicitar a palavra pelo Chat/Bate-papo da plataforma digital para ser elegível a tal pedido, de forma que, na ordem em que forem recebidos pela mesa, seja dada a palavra a tal acionista, através da abertura do áudio. Com o objetivo de manter o bom andamento da Assembleia, poderá ser estabelecido um tempo máximo para a manifestação de cada Acionista Presente.

O Acionista Presente que quiser fazer uso da palavra para realizar manifestação sobre qualquer assunto não relacionado à Ordem do Dia da Assembleia deve utilizar os canais usuais de contato com a LOG, por meio do Departamento de Relações com Investidores (ri@logcp.com.br).

A LOG recomenda que os acionistas façam testes e se familiarizem previamente com a plataforma digital, acessando-a com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais com a sua utilização no dia da Assembleia.

A LOG não se responsabiliza por problemas de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da LOG, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade da plataforma digital com o equipamento do Acionista Credenciado.



Participação por meio de Boletim de Voto a Distância

O acionista poderá também participar da AGO por meio do voto a distância, das seguintes formas:

- (i) Envio de instruções de preenchimento do Boletim de Voto a Distância diretamente para o escriturador das ações de emissão da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM;
- (ii) envio de instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia, no caso de acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou
- (iii) envio do Boletim de Voto a Distância devidamente preenchido diretamente à LOG.

O Boletim de Voto a Distância para participação da AGO encontra-se disponível nos endereços eletrônicos da B3 (b3.com.br), da CVM (cvm.gov.br) e da Companhia (ri@logcp.com.br).

Orientações para participação por meio de procurador

O acionista que optar por exercer o seu voto a distância por intermédio de prestadores de serviço deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para a instituição escrituradora das ações da LOG, até 7 (sete) dias antes da realização da AGO, ou seja, até 12 de abril de 2023 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por tais prestadores de serviços.

Os acionistas deverão entrar em contato com o prestador de serviço para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. Referidos prestadores de serviço comunicarão aos acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

Envio direto à LOG

O acionista que optar por enviar o boletim de voto a distância diretamente à Companhia deverá encaminhar cópias digitalizadas dos documentos de identidade, de comprovação de poderes e de titularidade de suas ações descritos no item acima.

A cópia digitalizada do boletim de voto a distância, acompanhado da respectiva documentação, deverá ser recebido pela Companhia, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até 12 de abril de 2023 (inclusive).

Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após a referida data serão desconsiderados.

Para que o boletim de voto seja considerado válido é imprescindível que (i) seus campos estejam devidamente preenchidos; (ii) ao final, o acionista ou seu representante legal, conforme o caso e nos termos da legislação vigente, assine o boletim. A Companhia esclarece, ainda, que aceitará boletins de voto assinados de forma eletrônica e recomenda que todas as páginas do boletim enviado sejam devidamente rubricadas.

Nos termos do art. 46 da Resolução CVM nº 81/22, a LOG comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou, se necessário, os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio. Caso haja necessidade, a retificação ou reenvio do boletim também deverão ser feitos até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até 12 de abril de 2023.

Recomendamos, ainda, aos acionistas que optarem por enviar o boletim diretamente à Companhia, que o façam preferencialmente por via eletrônica, encaminhando cópia digitalizada do boletim e da documentação pertinente no seguinte endereço de e-mail: ri@logcp.com.br. Alternativamente, o acionista poderá enviar a via física do boletim e da documentação pertinente para o seguinte endereço: Avenida Professor Mário Werneck, nº 621, 10º andar, conjunto 2, Bairro Estoril, CEP 30455-610, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia.

Envio de comprovante de titularidade ininterrupta de ações

Independentemente da opção de envio escolhida pelo acionista (seja diretamente à Companhia ou por meio de prestador de serviços), caso o acionista opte por preencher os itens de deliberação referentes à votação em separado para o Conselho de Administração, deverá encaminhar à Companhia, por meio do endereço eletrônico ri@logcp.com.br, o comprovante da titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da AGO, emitido pela entidade competente não antes de 17 de abril de 2023, sendo certo que tal comprovação somente será considerada válida se recebida no e-mail acima informado até às 8:00 do dia 19 de abril de 2023.

Quórum de Instalação da AGO

Como regra geral, enunciada no artigo 125 da Lei 6.404/76, a Assembleia Geral Ordinária instala-se, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações com direito de voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

Nos termos do art. 47 da Resolução CVM nº 81/22, são considerados presentes na Assembleia os acionistas (i) que a ela compareçam fisicamente ou que nela se façam representar; (ii) cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela companhia, ou (iii) que tenha registrado sua presença no sistema eletrônico de participação a distância, caso este seja disponibilizado pela companhia.

Considerando que a assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, o comparecimento físico, a que se refere o item "I" acima, não se aplica.

Quórum de Deliberação da AGO

As deliberações da AGO, nos termos do artigo 129 da Lei 6.404/76, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco

Orientações finais

Não poderá participar da AGO o acionista que não apresentar, em conformidade com os prazos e procedimentos descritos acima, os documentos apropriados para a verificação de sua identidade e respectiva posição acionária, conforme indicados nos itens acima.

Nos termos do art. 141 da Lei 6.404/76 e do art. 3º da Resolução CVM nº 70/22, o percentual mínimo de participação necessário para requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia, sendo que o requerimento deve ser apresentado à Companhia em até 48 horas antes da realização da Assembleia.

Terão o direito de eleger em separado um membro do Conselho de Administração e seu respectivo suplente, nos termos do Artigo 141, §§4º e 5º da Lei 6.404/76 e diretrizes da CVM, os acionistas minoritários titulares de ações com direito a voto que representem 10% (dez por cento) do capital social da Companhia.

Ainda, terão o direito de eleger em separado um membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente, nos termos do Artigo 161, §4º da Lei 6.404/76, os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% ou mais das ações com direito a voto.

O acionista que desejar fazer questionamentos, dirimir quaisquer dúvidas ou obter informações adicionais sobre os procedimentos para participação na AGO, poderá fazê-lo entrando em contato com o Departamento de Relações com Investidores da LOG, por meio (i) do telefone +55 (31) 3615-8400; ou (ii) do e-mail: ri@logcp.com.br.

Edital de Convocação

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2023

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Professor Mário Werneck, nº 621, 10º andar, conjunto 2, Bairro Estoril, CEP 30.455-610, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE 31.300.027.261, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.041.168/0001-10, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 23272, com suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código LOGG3 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), e Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM nº 81/22"), convocar os senhores acionistas para reunirem-se em assembleia geral ordinária da Companhia ("AGO"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, em primeira convocação, às 10:00 horas do dia 19 de abril de 2023, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

- (I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;
- (II) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- (III) Fixar número de assentos do Conselho de Administração para o próximo mandato;
- (IV) Eleger os membros do Conselho de Administração, com prazo de mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social de 31 de dezembro de 2024;

- (V) Instalar o Conselho Fiscal e eleger os seus membros e respectivos suplentes, com prazo de mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social de 31 de dezembro de 2023, caso aprovada a instalação;
- (VI) Deliberar sobre o montante global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023.

A AGO será realizada de modo exclusivamente virtual, por meio de plataforma digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/22 e em conformidade com as instruções detalhadas no Manual de Participação e Proposta da Administração divulgada pela Companhia (“Manual” ou “Proposta da Administração”).

Observados os procedimentos descritos no Manual, os acionistas que optarem por participar da AGO por meio da plataforma digital deverão realizar o credenciamento através do link <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=768F531CB064>, impreterivelmente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data e horário da AGO, isto é, até às 10:00hrs do dia 17 de abril de 2023, e enviar os seguintes documentos: (i) extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central; e (ii) cópias digitalizadas dos seguintes documentos:

Pessoas Físicas

- Documento de identidade com foto do acionista.

Pessoas Jurídicas

- Último estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver alterações posteriores.
- Demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo.
- Documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.

Fundos de Investimentos

- Último regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente).
- Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação e exercício do direito de voto do fundo.
- Documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.

Os acionistas também poderão participar da AGO por meio do envio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, o qual poderá ser enviado até 12 de abril de 2023, por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as orientações constantes do próprio boletim de voto a distância e da Proposta da Administração, que estão disponíveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (b3.com.br) e da própria Companhia (ri.logcp.com.br).

Na hipótese de participação virtual na AGO por meio de procurador, deverá ser apresentada ainda cópia digitalizada da procuração e dos documentos que comprovem a identidade do procurador.

A participação dos acionistas na AGO poderá ser pessoal ou por meio de procurador devidamente constituído, observado o disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76 e no Manual.

Nos termos do Artigo 141 da Lei 6.404/76 e do Artigo 3º da Resolução CVM nº 70/22, o percentual mínimo de participação necessário para requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia, sendo que o requerimento deve ser apresentado à Companhia em até 48 horas antes da realização da Assembleia.

Terão o direito de eleger em separado um membro do Conselho de Administração e seu respectivo suplente, nos termos do Artigo 141, §§4º e 5º da Lei 6.404/76 e diretrizes da CVM, os acionistas minoritários titulares de ações com direito a voto que representem 10% (dez por cento) do capital social da Companhia.

Terão o direito de eleger em separado um membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente, nos termos do Artigo 161, §4º da Lei 6.404/76, os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% ou mais das ações com direito a voto.

Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGO, incluindo este Edital, o Manual, a Proposta da Administração e aqueles exigidos pela Resolução CVM nº 81/22, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.logcp.com.br), da B3 (b3.com.br) e da CVM (cvm.gov.br) na rede mundial de computadores, em conformidade com as disposições da Lei 6.404/76 e regulamentação da CVM.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como os Pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal foram publicados, no dia 08 de fevereiro de 2023, nos endereços eletrônicos da CVM (cvm.gov.br), da B3 (b3.com.br) e da Companhia (ri.logcp.com.br).

Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio: (i) do e-mail: ri@logcp.com.br ou (ii) do telefone +55 (31) 3615-8400.

Belo Horizonte, 17 de março de 2023.

Rubens Menin Teixeira de Souza

Presidente do Conselho de Administração

Proposta da Administração

Prezados acionistas,

Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 81/22, a administração da LOG (“Administração”) vem apresentar as seguintes informações e propostas relativas às matérias incluídas na ordem do dia da AGO (“Proposta da Administração” ou “Proposta”):

Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos Pareceres emitidos pelos auditores independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022:

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08 de fevereiro de 2023, a Administração submete à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres emitidos pelos auditores independentes e pelo Conselho Fiscal, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, que foram publicadas nos endereços eletrônicos da Companhia (ri.logcp.com.br) e da CVM (cvm.gov.br), no dia 08 de fevereiro de 2023, na forma da Lei nº 6.404/76 e da regulamentação da CVM em vigor.

A Administração propõe a aprovação, sem ressalvas, do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Os documentos acima referidos e as atas das reuniões do Conselho de Administração e o Conselho Fiscal que sobre eles deliberaram estão disponíveis para consulta nos endereços eletrônicos da Companhia (ri.logcp.com.br), da CVM (cvm.gov.br) e da B3 (b3.com.br), bem como em nossa sede social. Os comentários dos administradores da Companhia, na forma do item 2 do Formulário de Referência, encontram-se no **ANEXO I** à presente Proposta.

Deliberar sobre a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

A Administração propõe aos acionistas a aprovação da destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme segue: O lucro líquido auferido no exercício de 2022 foi de R\$ 386.072.411,08 (trezentos e oitenta e seis milhões, setenta e dois mil, quatrocentos e onze reais e oito centavos): (i) R\$ 19.303.620,55 (dezenove milhões, trezentos e três mil, seiscentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, para a constituição de reserva legal; (ii) R\$ 91.692.197,63 (noventa e um milhões, seiscentos e noventa e dois mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e três centavos), correspondente a 25% (vinte e cinco por

cento), a título de dividendos; e (iii) R\$ 275.076.592,89 (duzentos e setenta e cinco milhões, setenta e seis mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e nove centavos), para a reserva de retenção de lucro para a constituição do orçamento de capital do **ANEXO II** à presente Proposta.

As informações detalhadas a respeito dessa matéria se encontram do Anexo II e III à presente Proposta.

Fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia:

Para compor o Conselho de Administração no próximo mandato, os acionistas controladores propõem a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia em 7 (sete) membros efetivos e 1 (um) suplente. Nada obstante, os acionistas controladores preservam o direito de alterar sua proposta, inclusive durante os trabalhos da AGO, de forma a aumentar o número de membros do Conselho de Administração em caso de adoção do processo de voto múltiplo ou eleição em separado, observado sempre o limite máximo estabelecido no Artigo 17 do Estatuto Social e o disposto no Artigo 141, Parágrafo 7º da Lei 6.404/76.

Eleger os membros do Conselho de Administração, com prazo de mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social de 31 de dezembro de 2024.

Para compor o Conselho de Administração no próximo mandato, os acionistas controladores indicaram chapa composta pelos seguintes membros, os quais, se eleitos, cumprirão mandato até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024:

Candidato	Cargo
RUBENS MENIN TEIXEIRA DE SOUZA	Presidente do Conselho de Administração
LEONARDO GUIMARÃES CORRÊA	Conselheiro
JÚNIA MARIA DE SOUSA LIMA GALVÃO	Conselheira
MARCELO MARTINS PATRUS	Conselheiro
MARCOS ALBERTO CABAIEIRO FERNANDEZ	Conselheiro Independente
RAFAEL PADILHA DE LIMA COSTA	Conselheiro Independente
BARRY STUART STERNLICHT	Conselheiro Independente
RAFAEL STEINBRUCH	Conselheiro Suplente do Sr. Barry Stuart Sternlicht

Em atendimento ao disposto no artigo 11 da Resolução CVM nº 81, o **ANEXO IV** da presente Proposta contém as informações exigidas sobre os candidatos ao Conselho de Administração, na forma do item 7 do Formulário de Referência, bem como informações relativas aos possíveis cenários de eleição do Conselho de Administração.

Instalar o Conselho Fiscal da LOG e eleger os seus membros e respectivos suplentes, com prazo de mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social de 31 de dezembro de 2024.

Conforme disposto no Estatuto Social da LOG, o Conselho Fiscal, se instalado, poderá ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral.

Neste sentido, considerando que o mandato atual dos Conselheiros Fiscais irá se encerrar em 30 de abril de 2022, a Administração, caso instalado o Conselho Fiscal, propõe a eleição da seguinte chapa:

Membro Efetivo	Membro Suplente
Thiago da Costa e Silva Lott	Lucas Wanderley de Freitas
Paulino Ferreira Leite	Marcos Villela Vieira
Sicomar Benigno de Araújo Soares	Patrícia Bolina Pellini

Adicionalmente, ressaltamos que o art. 161, § 4º, alínea 'a', da Lei nº 6.404/76 assegura a eleição em separado de 1 (um) membro titular do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente aos acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto.

Em atendimento ao disposto no artigo 11 da Resolução CVM nº 81, o Anexo IV da presente Proposta contém as informações exigidas sobre os candidatos ao Conselho Fiscal, na forma do item 7 do Formulário de Referência.

Deliberar sobre o montante global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023

A Administração propõe a aprovação do montante global de remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023, no valor de até R\$ 13.888.000,00 (treze milhões, oitocentos e oitenta e oito mil reais), nos termos do **ANEXO V** à presente Proposta.

Período a que se refere a proposta de remuneração:

O valor da remuneração global ora proposto compreende o período entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023.

Comentários sobre os valores aprovados na Proposta de Administração em 2022 e os valores referentes à remuneração dos Administradores efetivamente realizados:

Na Assembleia Geral Ordinária da LOG realizada em 19 de abril de 2022, foi aprovado, a título de remuneração global dos administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria) para o exercício de 2022, o montante de até R\$ 13.484.000,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil reais).

O montante efetivamente realizado a título de remuneração dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria), no exercício social de 2022, foi de R\$ 11.843.128,32 (onze milhões, oitocentos e quarenta e três mil, cento e vinte e oito reais e trinta e dois centavos).

Comentários sobre eventuais diferenças entre os valores da proposta atual e da proposta anterior, constantes do item 8 do Formulário de Referência da LOG:

O limite da remuneração global anual dos Administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria) proposto para o exercício social de 2023 é de R\$ 13.888.000,00 (treze milhões, oitocentos e oitenta e oito mil reais), no exercício social de 2022 foi de R\$ 13.484.000,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil reais).

O valor total da remuneração durante o ano de 2023 inclui um aumento de 3% nas verbas honorárias da Administração em relação ao ano anterior (2022).

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2023

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(com base nas informações exigidas pelo item 2 do Formulário de Referência)

2.1. Comentário dos Diretores sobre:

A) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir com as suas obrigações de curto e longo prazo.

A geração de caixa crescente das atividades de locação, somada ao recebimento das vendas dos ativos durante o ano, permite que a Log tenha recursos suficientes para seguir com os investimentos previstos no capex para nosso crescimento, mantendo a estabilidade do balanço.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reportou um caixa de R\$ 731,1 milhões além disso a Companhia possui recebíveis das vendas de ativos no montante de R\$ 155,6 milhões. O valor de empréstimos e financiamentos da Companhia, em 2022, era de R\$29,3 milhões. As debêntures representavam R\$1.744,8 milhão (ativo circulante e não circulante).

A dívida líquida da Companhia (sem contar os valores recebíveis das vendas) alcançou R\$1.043,0 milhão. A evolução desse saldo é decorrente do CAPEX de R\$840,0 milhões em 2022 destinado as seguintes obras: LOG Recife, LOG Belém, LOG Fortaleza II, LOG Fortaleza III, LOG Goiânia II, LOG Itapeva, LOG Betim II, LOG Viana II, LOG Salvador, LOG Maceió e LOG Brasília.

B) Estrutura de capital

A Companhia objetiva uma estrutura de capital eficiente utilizando recursos próprios e de terceiros para a composição de seu portfólio.

(em milhares de R\$, exceto %)	31 de dezembro de 2022	AV	31 de dezembro de 2022	AV	31 de dezembro de 2022	AV
Passivo total	2.486.768	40,43%	1.819.161	35,26%	1.132.222	26,88%
Patrimônio líquido	3.663.838	59,57%	3.340.742	64,74%	3.079.961	73,12%
Somatório do passivo total e do patrimônio líquido	6.150.606	100,00%	3.340.742	100,00%	3.079.961	100,00%

C) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresenta uma crescente geração de caixa com alto nível de previsibilidade e com relevantes margens operacionais. Em dezembro de 2022, o EBITDA para atividade de locação foi de R\$ 166,6 milhões, um crescimento de 40% em relação ao exercício social de 2021, com uma margem de 77%. O relevante desempenho operacional da Companhia se deve a: i) novas entregas de ativos, ii) novas locações e iii) reajustes contratuais 2% acima da inflação YoY, no portfólio existente. Historicamente a Companhia apresenta baixo índice de inadimplência e vacância, no exercício social de 2022 a inadimplência líquida acumulada foi de 0,6% e a vacância estabilizada de 2,58%.

Em linha com a estratégia de desinvestimento de ativos, iniciado em 2019, a Companhia já realizou, aproximadamente 1 bilhão de reais em vendas, esta já comprovada estratégia de reciclagem de ativos, é e continuará sendo a principal fonte de recursos para o crescimento da companhia bem como a maior forma de geração de valor.

A dívida líquida permanece estável em cerca de R\$ 890 milhões (considerando os recebíveis das vendas de ativos), com custo efetivo de CDI+1,8% mediante empréstimos obtidos sem a necessidade de garantias, o que reflete o ótimo risco de crédito da companhia perante as principais agências de rating e instituições financeiras do país.

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos.

D) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os Administradores entendem que nos últimos três exercícios sociais as principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos da Companhia foram: (i) o fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais, (ii) a emissão de debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) no mercado local, e (iii) o saldo de caixa e equivalentes e aplicações financeiras e (iv) desinvestimento de ativos.

Essas fontes de financiamento foram utilizadas pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação dos negócios, (ii) investimento em novos empreendimentos, expansão dos empreendimentos existentes, manutenção do portfólio entregue (iii) exigências de pagamento decorrentes da emissão de debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), e (iv) pagamento de dividendos.

A Companhia acredita que essas fontes de financiamento foram adequadas ao perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

E) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para cobertura de futura deficiência de liquidez, a Companhia poderá acessar diversas linhas de crédito, a exemplo das fontes que vem sendo utilizadas. Potencialmente podemos utilizar como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes: (i) geração de caixa operacional, (ii) linhas de financiamento de projetos, (iii) acesso ao mercado local de capitais de renda fixa através de debêntures e/ou certificados de recebíveis imobiliários (CRI), (iv) desinvestimento parcial ou integral de ativos, (v) ofertas públicas e/ou privadas de distribuição primária mediante a emissão de novas ações, (vi) aumento de capital social por subscrição privada de ações.

F) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos

Valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Empréstimos, financiamentos e Debêntures			Em 31 de dezembro de		
(em R\$ mil, exceto %)	Vencimento	Custo Efetivo (a.a.) *	2022	2021	2020
Total			1.774.084	1.267.705	800.663
Capital de Giro	Mar/24	CDI + 2,10%	-	-	-
Capital de Giro	Dez/17 a Fev/18	CDI + 2,51%	-	-	-
Financiamento à Construção	Dez/13 a Out/24	CDI + 1,92%	11.915	17.247	22.659
Financiamento à Construção	Dez/13 a Set/28	TR + 10,87%	17.345	19.978	25.628
Debêntures 8ª Emissão	Nov/17 a Ago/21	119% CDI + 0,29%	-	-	12.566
Debêntures 10ª Emissão	Dez/20 a Dez/23	CDI + 1,77%	-	-	61.315
Debêntures 11ª Emissão	Dez/18 a Dez/21	CDI + 2,23%	-	-	14.608
Debêntures 12ª Emissão	Jan/18 a Dez/27	CDI + 2,42%	50.121	60.106	70.036
Debêntures 13ª Emissão	Jun/21	108% CDI + 0,87%	-	-	81.088
Debêntures 14ª Emissão	Nov/21 a Nov/23	117% CDI + 0,26%	-	121.363	150.381
Debêntures 15ª Emissão	Jan/19 a Dez/28	CDI + 1,71% a.a.	42.118	49.118	56.043
Debêntures 16ª Emissão	Mar/20 a Mar/25	108% CDI + 0,34%	47.182	64.989	82.260
Debêntures 17ª Emissão	Set/22 a Set/24	116,5% CDI + 0,18%	159.533	235.266	231.365
Debêntures 18ª Emissão	Mar/24 a Mar/26	CDI + 2,00% a.a.	260.474	256.485	-
Debêntures 19ª Emissão	Set/25 a Set/28	IPCA + 5,512% a.a.	470.352	459.132	-
Debêntures 20ª emissão - 1ª série	Mar/26 a Mar/27	CDI + 1,55%	135.851	-	-
Debêntures 20ª emissão - 2ª série	Mar/27 a Mar/29	IPCA + 6,87%	171.395	-	-
Debêntures 21ª emissão	Jul/26 a Jul/27	CDI + 1,79%	428.321	-	-
(-) Custos de Captação			(20.523)	(15.979)	(7.286)

*Custo Efetivo: considera o custo da dívida contratual + outros custos de captação e manutenção da dívida.

G) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

a) Debêntures

8ª emissão:

Em 27 de novembro de 2015, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura de emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da oitava emissão, no montante de R\$60,0 milhões, com vencimento em 4 anos. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, desde a data de integralização, correspondentes a 119% da variação acumulada das taxas diárias do CDI. Em 31 de agosto de 2018 foi celebrado o Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular da 8ª Emissão para alterar o fluxo de pagamentos e o vencimento final para 03 de agosto de 2021. Em 03 de agosto de 2021, a Companhia realizou a liquidação da 8ª emissão, com seu subsequente cancelamento.

10ª emissão:

Em 06 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura de emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da décima emissão, no montante de R\$100 milhões, com vencimento em 2.189 (dois mil, cento e oitenta e nove) dias, contados da Data de Emissão. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, desde a data de integralização, correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas diárias do CDI acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, de 1,60% a.a.. Em 03 de Fevereiro de 2020 foi celebrado o 1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 10ª Emissão de Debêntures para constar no documento da operação a aprovação realizada em AGCRI, datada de 17 de dezembro de 2019, a previsão de hipótese de pagamento antecipado extraordinário dos CRI, limitadas ao percentual de até 30% (trinta por cento) do saldo devedor da operação. Em 14 de outubro de 2021, a Companhia realizou o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 10ª emissão, com seu subsequente cancelamento.

11ª emissão:

Em 06 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura de emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da décima primeira emissão, no montante de R\$ 51 milhões, com vencimento em 1.457 (mil, quatrocentos e cinquenta e sete) dias, contados da Data de Emissão. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, desde a data de integralização, correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas diárias do CDI acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, de 2,00% a.a.. Em 02 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a liquidação da 11ª emissão, com seu subsequente cancelamento.

12ª emissão:

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura de emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real adicional, da décima segunda emissão, no montante de R\$100 milhões, com vencimento em 10 anos. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, desde a primeira data de integralização, correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas diárias do CDI, acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, de 2,25% a.a.. Em 03 de Fevereiro de 2020 foi celebrado o 1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 12ª Emissão de Debêntures para constar no documento da operação a aprovação realizada em AGD datada de 26 de Dezembro de 2019, quanto à: liberação parcial da Alienação Fiduciária e da Cessão Fiduciária correspondentes a 30% (trinta por cento) do imóvel Goiânia e seus respectivos direitos creditórios, dados em garantia à operação; adequação,

onde aplicável, da descrição da parcela do Imóvel Onerado e/ou dos Direitos Creditórios que permaneceram onerados, no âmbito da Alienação Fiduciária e/ou da Cessão Fiduciária. Em 31 de dezembro de 2022, o valor total de principal e juros acumulados das debêntures da 12ª emissão era de R\$50,1 milhões.

13ª emissão:

Em 25 de maio de 2018, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da décima terceira emissão de debêntures, para colocação privada, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, no montante de R\$81 milhões, com vencimento em 14 de junho de 2021. A transferência, à Emissora, dos valores obtidos com a colocação dos títulos no âmbito da Oferta ocorreu durante o mês de julho de 2018 após o recebimento dos recursos pagos pelos Investidores na integralização. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, a partir da primeira data de integralização, correspondentes a 108% da variação acumulada das taxas diárias do CDI. Em 08 de agosto de 2018 foi celebrado o 1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 13ª Emissão de Debêntures para alterar a espécie para com garantia real, constituída através da celebração do Contrato de Alienação Fiduciária. Em 14 de junho de 2021, a Companhia realizou a liquidação da 13ª emissão, com seu subsequente cancelamento.

14ª emissão:

Em 1º de novembro de 2018, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da décima quarta emissão, para distribuição pública com esforços restritos, de debêntures não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, sob o regime de garantia firme de colocação, no montante de R\$150 milhões, com vencimento em 19 de novembro de 2023. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, desde a data de subscrição ou da última data de pagamento dos juros remuneratórios, até a data efetiva de pagamento de juros remuneratórios, correspondentes a 117% da variação acumulada das taxas diárias do CDI. Em 12 de dezembro de 2018 foi celebrado o Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura da 14ª Emissão para alterar a espécie para com garantia real. Em 11 de novembro de 2020 foi celebrado o Instrumento Particular de Segundo Aditamento à Escritura da 14ª emissão para excluir a hipoteca de Rio Campo Grande e a Cessão Fiduciária de Rio Campo Grande e incluir a Hipoteca Contagem II, Cessão Fiduciária Contagem II, Hipoteca Jundiá I, Cessão Fiduciária Jundiá I, Cessão Fiduciária Via Expressa. Em 28 de novembro de 2022, a Companhia realizou a liquidação da 14ª emissão, com seu subsequente cancelamento.

15ª emissão:

Em 17 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da décima quinta emissão de debêntures, para colocação privada, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no montante de R\$70 milhões, com vencimento em 22 de dezembro de

2028. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, a partir da primeira data de integralização ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme prevista na Escritura, correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas diárias do CDI, acrescidos exponencialmente de sobretaxa, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, de 1,35% a.a.. Em 31 de dezembro de 2022, o valor total de principal e juros acumulados das debêntures da 15ª emissão era de R\$42,1 milhões.

16ª emissão:

Em 18 de março de 2019, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da 16ª emissão de debêntures, para colocação privada, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, no montante de R\$100 milhões, com vencimento em 24 de março de 2025. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário, a partir da primeira data de integralização ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), correspondentes a 108% da variação acumulada das taxas diárias do CDI. Em 31 de dezembro de 2022, o valor total de principal e juros acumulados das debêntures da 16ª emissão era de R\$47,2 milhões.

17ª emissão:

Em 23 de setembro 2019, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da 17ª emissão de debêntures, para colocação privada, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, no montante de R\$230 milhões, com vencimento em 23 de setembro de 2024. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário, a partir da primeira data de integralização ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), correspondentes a 116,5% da variação acumulada das taxas diárias do CDI. Em 23 de setembro de 2019, foi celebrado o 1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 17ª Emissão de Debêntures com a finalidade de alterar determinados termos e condições da Escritura em razão da outorga pela Emissora, em favor dos Debenturistas, da alienação fiduciária dos imóveis objeto das matrículas nº 111.155 e 111.156 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Guarulhos, Estado de São Paulo. Em 10 de março de 2020 foi celebrado o 2º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 17ª Emissão de Debêntures para substituir as referências à espécie “quirografária” por “com garantia real” ao longo de toda a Escritura. Em 19 de novembro de 2020 foi celebrado o 3º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 17ª Emissão de Debêntures de forma a substituir a alienação fiduciária do Imóvel Gaiolli e do Imóvel Feira de Santana I, pelo imóvel de propriedade da Log Viana I Incorporações SPE Ltda. Em 31 de dezembro de 2022, o valor total de principal e juros acumulados das debêntures da 17ª emissão era de R\$159,5 milhões.

18ª emissão:

Em 20 de março de 2021, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da décima

oitava emissão, para distribuição pública com esforços restritos, de debêntures não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, no montante de R\$250 milhões, com vencimento em 20 de março de 2026. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, desde a data de subscrição ou da última data de pagamento dos juros remuneratórios, até a data efetiva de pagamento de juros remuneratórios, correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas diárias do CDI. Em 31 de dezembro de 2022, o valor total de principal e juros acumulados das debêntures da 18ª emissão era de R\$260,5 milhões.

19ª emissão:

Em 06 de setembro de 2021, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da décima nona emissão de debentures simples, em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para colocação privada, no montante de R\$450 milhões, com vencimento em 13 de setembro de 2028. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, a partir da primeira data de integralização ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme prevista na Escritura, correspondentes a 5,5212% ao ano, base 252 dias úteis. Em 31 de dezembro de 2022, o valor total de principal e juros acumulados das debêntures da 19ª emissão era de R\$501,7 milhões.

20ª emissão:

Em 17 de março de 2022, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da vigésima emissão de debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para colocação privada, no montante de R\$ 300 milhões, com vencimento em 11 de março de 2027 (primeira série) e 13 de março de 2029 (segunda série). As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, a partir da primeira data de integralização ou da data de pagamento da remuneração das debêntures da primeira série imediatamente anterior (inclusive), correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas diárias do CDI. Em 31 de dezembro de 2022, o valor total de principal e juros acumulados das debêntures da 20ª emissão era de R\$314,5 milhões.

21ª emissão:

Em 15 de junho de 2022, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da vigésima primeira emissão de debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 400 milhões, com vencimento em 11 de julho de 2027. As debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture, a partir da primeira data de início da rentabilidade ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior (inclusive), correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas diárias do CDI. Em 31 de dezembro de 2022, o valor total de principal e juros acumulados das debêntures da 21ª emissão era de R\$428,3 milhões.

Capital de Giro e Financiamento à Construção

Os contratos de capital de giro e financiamento à construção têm como garantias fiança, cessão de recebíveis, alienação/hipoteca de terrenos e edificações.

CAPEX incorridos em projetos

No ano de 2022, a Companhia investiu R\$840,0 milhões no desenvolvimento de novos ativos e na expansão de projetos que já possuem infraestrutura concluída.

No ano de 2021, a Companhia investiu R\$538,4 milhões no desenvolvimento de novos ativos e na expansão de projetos que já possuem infraestrutura concluída.

No ano de 2020, a Companhia investiu R\$109,9 milhões no desenvolvimento de novos ativos e na expansão de projetos que já possuem infraestrutura concluída.

(i) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, não havia outras relações de longo prazo com instituições financeiras que não estejam descritas neste Formulário de Referência.

(ii) Grau de subordinação entre as dívidas

Determinados empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por alienação fiduciária dos respectivos ativos e de ativos de subsidiárias, cessão de direitos creditórios e de recebíveis. Exceto por tais situações, de acordo com os contratos das dívidas contraídas pela Companhia, nenhum tem precedência com relação à outra, mesmo em eventual concurso universal de credores.

Considerando que nos contratos da Companhia não há ordem de precedência, em eventual concurso universal de credores, ressalvadas as garantias reais constituídas nos termos indicados acima, a Companhia obedece aos termos estabelecidos na legislação brasileira.

(iii) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Distribuição de dividendos: conforme previsto nas escrituras da 12^a, 14^a, 15, 16^a,17^a, 18^a, 19^a, 20^a e 21^a emissões acima citadas, especificamente no caso de mora relativa ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista ao pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Companhia ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, levará a declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações principais e acessórias.

Alienação de ativos: na 12^a, 14^a,17^a, 19^a e 20^a emissões, no caso da Companhia alienar uma parte substancial dos seus ativos de forma a impactar o desenvolvimento das atividades da Companhia e/ou suas condições econômico- financeiras, assim como sua capacidade de honrar com as obrigações assumidas no âmbito das emissões anteriormente mencionadas, os agentes das operações poderão exigir o vencimento antecipado de todas as obrigações principais e acessórias.

Alienação de controle societário: conforme previsto nas escrituras da 12^a, 14^a, 15^a, 16^a,17^a, 18^a, 19^a, 20^a e 21^a emissões, na hipótese de haver mudança ou transferência do controle acionário ou da titularidade das ações da Companhia, bem como a incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária, salvo se para o mesmo grupo econômico, ocorrerá o vencimento antecipado. Excetuam-se, neste caso, as mudanças societárias sem efetiva alteração do controle ou que impliquem maior capitalização da Companhia e conseqüente melhoria da sua qualidade de crédito desde que, nesta última hipótese, haja anuência dos debenturistas. Nas escrituras da 12^a, 14^a, 15^a, 16^a,17^a, 18^a e 19^a emissões ainda constam como exceções as operações de mercado de capitais, tais como, mas não se limitando a, listagem de ações no mercado local ou internacional, mas que não impliquem em efetiva mudança e transferência de controle a qualquer título da Companhia e/ou das Intervenientes.

Conforme previsto na escritura da 18^a, 19^a, 20^a e 21^a emissão, a Companhia deverá apurar o Loan To Value Bruto trimestralmente, obtido pela divisão da Dívida Bruta (conforme definido abaixo) pelo valor do PPI (conforme definido abaixo), de, no máximo, 60% (sessenta por cento) ("LTV Bruto"), com base nas demonstrações financeiras trimestrais.

Para os fins deste item: "Dívida Bruta" significa a soma algébrica das rubricas previstas no Balanço Patrimonial, divulgado nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Emissora relativas aos empréstimos, financiamentos e debêntures emitidas no curto e longo prazo.

"PPI" significa a soma algébrica das rubricas previstas nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Emissora relativas às propriedades para investimento, no curto e longo prazo, disponível para venda, ativos não circulantes mantidos para venda e terrenos e imóveis a comercializar, no curto e longo prazo.

Adicionalmente a Companhia cumpriu integralmente com todas as obrigações a que está sujeita nos últimos três exercícios sociais.

H) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

h.1) Demonstrações de Resultados

Segue abaixo discussão das principais variações nas demonstrações dos resultados consolidados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

	2022	AV (%)	2021	AV (%)	AH Variação (%)
Receita líquida de aluguel e de serviços prestados	217.230	100,00%	149.367	100,00%	45,43%
Custo dos serviços prestados - administração de condomínios	(3.041)	-1,40%	(2.166)	-1,45%	40,40%
Lucro bruto	214.189	98,60%	147.201	98,55%	45,51%
Recitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(12.573)	-5,79%	(10.833)	-7,25%	16,06%
Despesas gerais e administrativas	(31.771)	-14,63%	(19.497)	-13,05%	62,95%
Honorários da administração	(6.645)	-3,06%	(5.542)	-3,71%	19,90%
Varição do valor justo de propriedades para investimento	339.130	156,12%	291.271	195,00%	16,43%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(17.012)	-7,83%	8.266	5,53%	-305,81%
Resultado de equivalência patrimonial	12.894	5,94%	2.835	1,90%	354,81%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	498.212	229,35%	413.701	276,97%	20,43%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(189.602)	-87,28%	(47.870)	-32,05%	296,08%
Receitas financeiras	88.866	40,91%	54.478	36,47%	63,12%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	397.476	182,97%	420.309	281,39%	78,33%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(22.014)	-10,13%	(20.183)	-13,51%	9,07%
Diferido	25.238	11,62%	(16.890)	-11,31%	-249,43%
	400.700	184,46%	383.236	256,57%	-60,19%
Lucro do exercício	400.700	184,46%	383.236	256,57%	4,56%
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores	386.072	96,35%	368.955	96,27%	4,64%
Acionistas não controladores	14.628	3,65%	14.281	3,73%	2,43%

Receita Líquida de Aluguel e de Serviços Prestados

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$217,2 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$149,4 milhões, aumento de R\$67,8 milhões, representando 45,4%. O aumento da receita líquida é resultante dos sucessivos investimentos realizados na entrega e locação de áreas. Em 31 de dezembro de 2022, tínhamos 1.176.995 mil m² entregues, contando os ativos reciclados, e, já no mesmo período de 2021 tínhamos 990.786 m². Destes montantes, a Companhia possui a prestação do serviço de administração de condomínios representando R\$7,1 milhões e R\$5,9 milhões, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 de R\$3,0 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$2,2 milhão referem-se ao custo de prestação serviço de administração de condomínios.

Despesas comerciais

As despesas comerciais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$12,6 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$10,8 milhões, um aumento de R\$1,7 milhão, representando 16,1%.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$31,8 milhões no exercício social de 2022, representando um aumento de R\$12,3 milhões em comparação com exercício social de 2021 que foi de R\$19,5 milhões. Este aumento é explicado substancialmente pelo aumento na estrutura de pessoal da Companhia

Honorários da administração

Os honorários da administração no exercício social de 2022 foram de R\$6,6 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$5,5 milhões, um aumento de R\$1,1 milhão, representando 19,9%. Este aumento é explicado substancialmente pelo aumento das despesas com honorários do Conselho de Administração.

Outras receitas/despesas operacionais líquidas

As outras receitas/despesas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de (-) R\$17,0 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi de (+) R\$8,3 milhões, essa variação deve-se predominantemente pelos impactos decorrentes da alienação de ativos, que somou R\$15,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Variação do Valor Justo de Propriedades para Investimento

A variação do valor justo de propriedades para investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$339,1 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$291,3 milhões, um aumento de R\$47,9 milhões, representando 16,4%. Esta variação deve-se à avaliação de novos ativos pela Companhia e a reavaliação de valor justo dos ativos já existentes.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de ganho de R\$12,9 milhões e em 31 de dezembro de 2021 perda de R\$2,8 milhão, uma melhora no resultado de R\$10,1 milhões, representando 354,8%. Esta variação refere-se substancialmente pela melhora no resultado da investida Parque Torino e seu consequente efeito no resultado de equivalência patrimonial, sendo um ganho de R\$4,5 milhões em 2021 e uma perda de R\$2,2 milhões em 2020.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi uma despesa de R\$100,7 milhões e em 31 de dezembro de 2021 receita de R\$6,6 milhões, uma variação de R\$107,3 milhões, representando -1624,5%. Essa variação refere-se ao aumento no rendimento das aplicações financeiras que em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$53,3 milhões e em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$13,0 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi uma receita de R\$3,2 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi uma despesa de R\$37,1 milhões, apresentando uma variação de 108,7%. Essa variação é consequência, substancialmente, das variações da base de cálculo das empresas de lucro presumido no exercício de 2022 e efeitos de cisão ocorridas no exercício de 2021.

h.2) Balanços patrimoniais

Comparação entre os saldos consolidados das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2022	AV (%)	31/12/2021	AV (%)	AH Variação (R\$) 2022 x 2021	AH Variação (%) 2022 x 2021
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	297.733	4,84%	207.564	4,02%	90.169	43,40%
Títulos e valores mobiliários	206.592	3,36%	485.911	9,42%	(279.319)	-57,50%
Contas a receber	112.887	1,84%	61.190	1,19%	51.697	84,50%
Impostos a recuperar	25.810	0,42%	14.252	0,28%	11.558	81,10%
Despesas antecipadas	3.046	0,05%	4.029	0,08%	(983)	-24,40%
Outros	2.229	0,04%	2.151	0,04%	78	3,60%
Total do ativo circulante	648.297	10,54%	775.097	15,02%	(126.800)	-16,40%
Ativo não circulante						
Títulos e valores mobiliários	226.773	3,69%	203.130	3,94%	23.643	11,60%
Instrumentos financeiros derivativos	1.270	0,02%	-	0,00%	1.270	100,00%
Contas a receber	107.316	1,74%	23.327	0,45%	83.989	360,10%
Despesas antecipadas	13.258	0,22%	12.088	0,23%	1.170	9,70%
Impostos a recuperar	43.464	0,71%	36.909	0,72%	6.555	17,80%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.871	0,78%	7.428	0,14%	40.443	544,50%
Outros	14.458	0,24%	7.764	0,15%	6.694	86,20%
Total do ativo realizável a longo prazo	454.410	7,39%	290.646	5,63%	163.764	56,30%
Investimento em controladas e controladas em conjunto	148.084	2,41%	313.663	6,08%	(165.579)	-52,80%

Propriedades para investimento	4.878.721	79,32%	3.772.706	73,12%	1.106.015	29,30%
Imobilizado	15.416	0,25%	4.927	0,10%	10.489	212,90%
Intangível	5.678	0,09%	2.864	0,06%	2.814	98,30%
Total do ativo não circulante	5.502.309	89,46%	4.384.806	84,98%	1.117.503	25,50%
Total do ativo	6.150.606	100,00%	5.159.903	100,00%	990.703	19,20%
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante						
Fornecedores	43.365	0,71%	44.604	0,86%	(1.239)	-2,80%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	181.379	2,95%	214.610	4,16%	(33.231)	-15,50%
Contas a pagar por aquisição de terrenos	8.813	0,14%	46.383	0,90%	(37.570)	-81,00%
Adiantamentos de clientes	5.787	0,09%	1.186	0,02%	4.601	387,90%
Instrumentos financeiros derivativos	39.135	0,64%	-	0,00%	39.135	100,00%
Salários, encargos sociais e benefícios	13.714	0,22%	9.138	0,18%	4.576	50,10%
Impostos e contribuições a recolher	19.222	0,31%	15.457	0,30%	3.765	24,40%
Permutas	61.994	1,01%	70.290	1,36%	(8.296)	-11,80%
Impostos diferidos	5.806	0,09%	2.494	0,05%	3.312	132,80%
Arrendamento	614	0,01%	219	0,00%	395	180,40%
Dividendos a pagar	91.692	1,49%	87.627	1,70%	4.065	4,60%
Outros	8.208	0,13%	19.417	0,38%	(11.209)	-57,70%
Total do passivo circulante	479.729	7,80%	511.425	9,91%	(31.696)	-6,20%
Passivo não circulante						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.592.705	25,90%	1.053.095	20,41%	539.610	51,20%
Instrumentos financeiros derivativos	6.906	0,11%	3.620	0,07%	3.286	90,80%
Permutas	134.712	2,19%	160.300	3,11%	(25.588)	-16,00%
Impostos diferidos	109.116	1,77%	77.828	1,51%	31.288	40,20%
Contas a pagar por aquisição de terrenos	13.000	0,21%	3.034	0,06%	9.966	328,50%
Adiantamentos de clientes	42.841	0,70%	-	0,00%	42.841	100,00%
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	2.345	0,04%	1.991	0,04%	354	17,80%
Arrendamento	101.101	1,64%	4.244	0,08%	96.857	2282,20%
Outros	4.313	0,07%	3.624	0,07%	689	19,00%
Total do passivo não circulante	2.007.039	32,63%	1.307.736	25,34%	699.303	53,50%
Total do passivo	2.486.768	40,43%	1.819.161	35,26%	667.607	36,70%
Patrimônio líquido						
Capital social	2.735.382	44,47%	2.035.382	39,45%	700.000	34,40%
Ações em tesouraria	(51.552)	-0,84%	(25.155)	-0,49%	(26.397)	104,90%
Reservas de capital	9.970	0,16%	6.931	0,13%	3.039	43,80%
Reservas de lucro	890.853	14,48%	1.294.411	25,09%	(403.558)	-31,20%
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	3.584.653	58,28%	3.311.569	64,18%	273.084	8,20%
Participações dos acionistas não controladores	79.185	1,29%	29.173	0,57%	50.012	171,40%
Total do patrimônio líquido	3.663.838	59,57%	3.340.742	64,74%	323.096	9,70%
Total do passivo e do patrimônio líquido	6.150.606	100,00%	5.159.903	100,00%	990.703	19,20%

Ativo

Caixa, equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários (circulante e não circulante)

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$731,1 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 896,6 milhões, uma redução de R\$ 165,5 milhões, representando 18,5%. Esta variação refere-se substancialmente à redução da aplicação em fundo de investimento restrito, conforme estratégia de investimentos da Companhia.

Contas a receber (circulante e não circulante)

O saldo de contas a receber (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 220,2 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 84,5 milhões, um aumento de R\$ 135,3 milhões, representando 161%. Esta variação está substancialmente impactada devido ao contas a receber da venda do PIB Betim II de R\$ 75,3 milhões, Plaza Top Life de R\$ 11,6 milhões e Torino de R\$ 52,9 milhões, ambas ocorridas durante o exercício de 2022.

Impostos a recuperar (circulante e não circulante)

Os saldos de impostos a recuperar do circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 69,3 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 51,2 milhões, um aumento de R\$ 18,1 milhões, representando 35,4%. Esta variação refere-se substancialmente à consolidação de novas controladas, com o regime tributário de lucro real.

Propriedades para Investimento

O saldo de propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 4.878,7 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 3.772,7 milhões, um aumento de R\$ 1.106,0 milhões, representando 29,3%. Essa variação refere-se à adição, direito de uso e aquisição de propriedades para investimento no valor de R\$1.015,3 milhões, ao Fair Value no valor de R\$354,0 milhões compensados pela alienação e distrato de R\$263,3 milhões de ativos.

Passivo

Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures do circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.774,1 milhão e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.267,7 milhão, um aumento de R\$506,4 milhões, representando 39,9%. Essa variação refere-se à captação da 20ª e 21ª debênture no montante de R\$ 716 milhões e ao pagamento regulares e quitação antecipada de financiamentos, empréstimo e debêntures no valor de R\$ 374,7 milhões.

Adiantamento – permutas

O saldo de adiantamento – permutas (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 153,2 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 230,6 milhões, uma redução de R\$ 77.378 milhões, representando 33,6%.

Contas a pagar por aquisição de terreno

O saldo de contas a pagar por aquisição de terrenos (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 21,8 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 49,4 milhões, uma redução de R\$ 27,6 milhões, representando 55,9%.

Impostos Diferidos

O saldo de impostos diferidos (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 114,9 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 80,3 milhões, um aumento de R\$ 34,6 milhões, representando 43,1%. Esta variação é explicada pela variação positiva do valor justo das propriedades para investimento no exercício

Patrimônio líquido

O saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 3.663,8 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 3.340,7 milhões, um aumento de R\$ 323,1 milhões, representando 9,7%. Esta variação refere-se substancialmente ao lucro líquido do exercício de R\$ 400,7 milhões.

h.3) Fluxo de Caixa

Comparação entre os saldos consolidados das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2022	AV (%)	2021	AV (%)	AH Variação (%) 2022 x 2021
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	128.772	142,81%	124.864	-50,7%	3,13%
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento	-241.969	-268,35 %	(707.725)	287,4%	-65,81%
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	203.366	225,54%	336.570	-136,7 %	-39,58%
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	90.169	100,0%	(246.291)	100,0%	-136,61%

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$128,8 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$124,9 milhões, conforme demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorrendo um aumento de R\$3,9 milhões, representando 3,1%, não apresentando variações representativas entre os exercícios.

Atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento reduziu -65,8%, ou R\$465,8 milhões, de R\$707,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$242,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, principalmente devido à redução dos títulos e valores mobiliários (CDBs, fundos de investimento e outras aplicações financeiras) negociáveis R\$675,6 milhões e a aquisições de propriedades para investimento em R\$219,4 milhões.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$203,4 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$336,6 milhões, uma redução de R\$133,2 milhões, representando -39,6%.

(em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido	690.604	686.960
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	-239.446	-241.892
Pagamento de juros	-139.714	-37.773
Transação de capital	-4.336	0
Pagamento de arrendamento	-613	-498
Pagamento de dividendos	-87.627	-33.240
(Pagamento) recebimento de derivativo	-30.887	0
Alienação (aquisição) de ações em tesouraria	-26.791	-27.891
Recebimentos pelo exercício de opção de ações	334	3
(Distribuições) aportes de acionistas não controladores	41.842	-9.099
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	203.366	336.570

2.2. Os diretores devem comentar:

a) Resultado das operações da Companhia, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A seguir, é apresentada uma descrição dos principais componentes da demonstração do resultado:

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta é proveniente do aluguel de imóveis (locação de galpões industriais e logísticos e strip malls) e, em menor proporção, da receita proveniente do serviço de administração de condomínios. A receita de arrendamento é reconhecida linearmente pelo prazo do contrato e é reconhecida na extensão em que seja provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e o valor possa ser mensurado com segurança.

Locação de galpões: As receitas de locação de galpões industriais e logísticos consistem nos aluguéis dos arrendatários dessas propriedades. Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio de backlog dos contratos de locação era de 6,4 anos, com reajustes contratuais de preços a cada ano. A nova posição reflete uma variação de +36,17% em relação ao mesmo período em 2021. O aumento tem como alavanca os empreendimentos BTS inaugurados em 2022.

Deduções da receita bruta

As deduções da receita estão relacionadas principalmente a impostos sobre locação e serviços, PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), impostos federais apurados sobre a receita bruta. As taxas de PIS e COFINS são de 0,65% e 3%, respectivamente, na receita bruta de empresas tributadas pelo regime do lucro presumido, amplamente adotado pelas subsidiárias, e de 1,65% e 7,60%, respectivamente, na receita bruta de empresas tributadas de acordo com o regime do lucro real.

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais incluem principalmente o seguinte:

Despesas comerciais: As despesas comerciais incluem principalmente comissões pagas aos corretores pela locação dos galpões industriais e logísticos e strip malls, salários, despesas com publicidade e vacância.

Despesas gerais e administrativas e honorários da administração: As despesas gerais e administrativas incluem principalmente salários, aluguel de escritórios, serviços de terceiros como honorários de advogados, auditores, agências de classificação e fiduciários, entre outros, despesas corporativas como jurídicas, remuneração e encargos sociais e despesas legais com cartórios, entre outros.

Varição no valor justo de propriedades para investimento: O valor justo das propriedades para investimento é uma das premissas utilizadas pela Diretoria para a elaboração de políticas contábeis críticas.

Outras receitas (despesas) operacionais: Representado principalmente por itens incomuns, venda de participações societárias e provisão para perda de crédito esperada.

Resultado de equivalência patrimonial: Representa a participação no lucro líquido de joint ventures, que desenvolvem atividades relacionadas ao core business da Companhia, no qual detém de 40 a 50% do patrimônio líquido.

Resultado financeiro

Despesas financeiras: Inclui juros e outros encargos sobre dívidas e operações de derivativo de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures) e juros e multas sobre impostos.

Receitas financeiras: Inclui rendimentos de aplicações financeiras, representadas principalmente por fundos de investimento e títulos do tesouro do Governo.

Imposto sobre a renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de forma independente (entidade por entidade) de acordo com os critérios estabelecidos pelas leis tributárias aplicáveis no Brasil. Para demonstrações financeiras estatutárias independentes, o regime de lucro real é adotado, enquanto as subsidiárias adotam amplamente o regime de lucro presumido.

Corrente: No caso do regime do lucro real, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% adicionais aplicáveis ao lucro tributável que exceder R\$240.000 por ano. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro líquido. A legislação tributária brasileira permite compensar prejuízos de anos anteriores com lucros tributáveis de exercícios futuros, limitados a 30% do lucro líquido tributável de cada ano. No caso do regime do lucro presumido, o lucro tributável é calculado à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços de locação acrescidas das receitas financeiras e sobre o lucro tributável se aplica a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para lucros superiores a R\$240.000 anuais para imposto de renda – e de 9% para a contribuição social.

Diferido: O imposto de renda e contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são integralmente reconhecidos, conforme prescrito pelo CPC 32 e IAS 12 – Tributos sobre o lucro, sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal e a base contábil de ativos e passivos e são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes quando tais diferenças são realizadas. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for provável que lucros tributários futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado de forma a refletir o montante que se espera que seja recuperado.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

No exercício de 2022, não houve eventos atípicos materiais.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Em 31 de dezembro de 2022 o backlog dos contratos de locação era de 5,5% por IGPM e 94,5% IPCA.

Em 31 de dezembro de 2021, o backlog dos contratos de locação eram reajustados pelo IGPM em 6,7% dos contratos e pelo IPCA em 93,3%.

Em 31 de dezembro de 2020, o backlog de contratos era de 27,2% pelo IGPM e 72,8% pelo IPCA.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Na avaliação da Diretoria a inflação pode impactar o resultado operacional da Companhia elevando nossas receitas bem como aumentando determinados custos, sendo estes parcialmente mitigados por negociações comerciais, e despesas operacionais como gastos com pessoal e despesas administrativas. Conforme descrito em nossas demonstrações financeiras, as oscilações bruscas na taxa de juros podem afetar significativamente nossos resultados e nosso fluxo de caixa, principalmente o CDI.

Nos exercícios sociais de 2022, 2021 e 2020 não houve impacto por efeitos cambiais, sendo que 100% das nossas dívidas são atreladas ao CDI.

2.3. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB. As demonstrações financeiras individuais da Companhia não são consideradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade por considerarem a capitalização de juros sobre os ativos qualificáveis das investidas. Em conformidade com a Orientação “OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil – Financeiros de Propósito Geral”, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

As auditorias independentes emitiram pareceres das Demonstrações Financeiras sem ressalvas e sem ênfases para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, pois não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos últimos três exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em dezembro de 2020, a Companhia vendeu o ativo LOG Sapucaias pelo valor de venda total de R\$8.5 milhões. No mesmo mês, a Companhia celebrou o contrato de compra e venda com o LOGCP Inter Fundo de Investimento Imobiliário, para alienação de participações minoritárias de determinadas propriedades para investimento, que finalizou com a captação de R\$90,7 milhões, e a controlada em conjunto Cabral Investimentos SPE Ltda. Vendeu parte do terreno pelo valor total de R\$1,0 milhão.

Em 31 de maio de 2021, o Grupo alienou ativo para o fundo “BM II Fundo de Investimento Imobiliário”, pelo valor de R\$272,7 milhões, mais atualização pelo IPCA, recebidos integralmente em 2021. Em 15 de julho de 2021, o Grupo alienou ativo pelo valor de R\$6,5 milhões que estão sendo recebidos em 24 parcelas mensais e consecutivas.

Em julho de 2022, a Companhia assinou compromisso para a venda do imóvel LOG Betim II e para a venda da participação societária detida pela LOG na Parque Torino Imóveis S.A. ("Torino"). Em set/22 e out/22, respectivamente, as vendas foram concluídas e o valor da transação foi de R\$428 milhões, que 70% do valor já foi recebido no exercício de 2022 e os outros 30% serão recebidos em 2023 e 2024, 15% em cada ano, sendo que os valores das parcelas remanescentes serão atualizadas pelo IPCA.

c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável, pois não há eventos ou operações não usuais atualmente.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Valores das Medições não Contábeis

(em R\$ mil, exceto percentuais)	<u>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</u>		
	2022	2021	2020
EBITDA	499.863	414.534	251.477
Margem EBITDA	230,1%	277,5%	177,7%
EBITDA Ajustado	166.576	119.967	109.078
Margem EBITDA Ajustado	76,7%	80,1%	77,1%
Dívida Líquida	1.042.986	371.100	56.099
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	28,5%	11,1%	1,82%

(em R\$ mil, exceto percentuais)	<u>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</u>		
	2022	2021	2020
FFO	402.352	384.069	143.300
Margem FFO	185,2%	257,1%	101,2%
FFO Ajustado	114.709	121.591	90.116
Margem FFO Ajustado	52,8%	81,4%	63,7%

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e EBITDA Ajustado (em R\$ mil, exceto em porcentagem)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
(=) Lucro Líquido	400.705	383.236	142.572
(+/-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(3.225)	37.073	93.121
(+/-) Resultado financeiro, líquido	100.736	(6.608)	15.056
(+) Depreciação	1.647	832	728
EBITDA	499.863	414.534	251.477
Valor justo das propriedades para investimentos (PPIs) ¹			
(+/-) De controladas	(339.130)	(291.271)	(151.274)
(+/-) De controladas em conjunto - Outras	(242)	3.108	(563)
(+/-) De controladas em conjunto - Torino	-	1.020	3.963
Alienação de PPIs: ²			
(+/-) Plaza Mirante Sul	2.685	2.329	-
(+/-) Extrema	252	(14.166)	-
(+/-) Terreno Cabral	217	1.129	76
(+/-) Ativos vendidos para o FII			2.115
(+/-) Torino	9.028	-	-
(+/-) PIB Meli	(1.372)	-	-
Equivalência patrimonial Betim Incorporações S.A. (referente a venda de lotes) ³			
(+/-) Resultado da equivalência patrimonial	368	(5.456)	(700)
(+/-) Lucros não realizados	(4.607)	4.606	-
(+/-) Efeito da baixa dos juros capitalizados	(1.803)	1.064	449
Outros: ⁴			
(+/-) ITBI Incorporação LOG Fortaleza	-	-	2.385
(+/-) Doações	-	-	1.150
(+/-) Baixa Despesas Follow On	1.317	2.802	
EBITDA Ajustado	166.576	119.697	109.078
Receita Líquida	217.233	149.367	141.537
Margem EBITDA	230,1%	277,5%	177,7%
Margem EBITDA Ajustada	76,7%	80,1%	77,7%

¹ O valor justo de propriedades para investimento de controladas e controladas em conjunto, calculado por avaliadores externos, está sendo adicionado / excluído por não ter efeito de caixa para a Companhia e não serem intrínsecas às atividades de locação.

² O ganho ou a perda na alienação de propriedades para investimentos, representando a receita de venda e o custo de venda está sendo adicionado / excluído por não serem intrínsecas às atividades de locação.

³ A equivalência patrimonial (lucro líquido ou prejuízo multiplicado pelo percentual de participação) referente à venda de lotes na controlada em conjunto Betim Incorporações S.A. está adicionado / excluído por se tratar de uma atividade que está fora do core business da Companhia.

⁴ Nesta rubrica estão sendo adicionados / excluídos Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e doações por não serem itens recorrentes e não serem intrínsecas às atividades de locação.

Dívida Líquida (em R\$ mil, exceto em porcentagem)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures – Circulante	181.379	214.610	203.229
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures – Não circulante	1.592.705	1.053.095	597.434
Dívida Bruta	1.774.084	1.267.705	800.663
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(297.733)	(207.564)	(453.855)
(-) Títulos e valores mobiliários – Circulante	(206.592)	(485.911)	(287.718)
(-) Títulos e valores mobiliários – Não circulante	(226.773)	(203.130)	(2.991)
Dívida Líquida	1.042.986	371.100	56.099

FFO e FFO Ajustado (em R\$ mil, exceto em porcentagem)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
(=) Lucro Líquido	400.705	383.236	142.572
(+) Depreciação	1.647	832	728
FFO	402.352	384.069	143.300
Valor justo das Propriedades para investimentos (PPIs): ¹			
<u>(+/-) De controladas</u>	(339.130)	(291.271)	(151.274)
<u>(+/-) IR e CS diferidos de controladas</u>	4.341	22.347	74.207
<u>(+/-) De controladas em conjunto - Outras</u>	(242)	3.108	(563)
<u>(+/-) De controladas em conjunto - Torino</u>	-	1.020	3.963
Alienação de PPIs: ²			
<u>(+/-) Plaza Mirante Sul</u>	4.664	3.167	-
<u>(+/-) Extrema</u>	(562)	(9.573)	-
<u>(+/-) Terreno Cabral</u>	217	1.315	76
<u>(+/-) Ativos vendidos para o FII</u>	-	-	17.248
<u>(+/-) Torino</u>	22.273	-	-
<u>(+/-) PIB Meli</u>	(144)	-	-
<u>(+/-) Sapucaias</u>	-	-	932
<u>(+/-) AVP</u>	(2.057)	(2.573)	(1.057)
Equivalência patrimonial (referente a venda de lotes - Betim Incorporações S.A.): ³			
<u>(+/-) Resultado da equivalência patrimonial</u>	368	(5.456)	(700)
<u>(+/-) Lucros não realizados</u>	(4.607)	4.606	-
<u>(+/-) Efeito da baixa dos juros capitalizados</u>	(1.803)	1.064	449
Outros: ⁴			
<u>(-) ITBI Incorporação LOG Fortaleza</u>	-	-	2.385
<u>(-) Doações</u>	-	-	1.150
<u>(-) Baixa Despesas Follow On</u>	1.317	2.802	-
<u>(+/-) Swap</u>	27.722	6.967	-
FFO Ajustado	114.709	121.591	143.300
Receita Líquida	217.233	149.367	141.537
Margem FFO	185,2%	257,1%	101,2%
Margem FFO Ajustado	52,8%	81,4%	65,1%

¹ O valor justo de propriedades para investimento de controladas e controladas em conjunto, calculado por avaliadores externos, incluindo os impostos relacionados, está adicionado / excluído por não ter efeito de caixa para a Companhia e não serem intrínsecas às atividades de locação.

² O ganho ou a perda na alienação de propriedades para investimentos, representando a receita de venda, custo de venda, impostos relacionados e ajuste a valor presente das receitas das alienações, está sendo adicionado / excluído por não serem intrínsecas às atividades de locação.

³ A equivalência patrimonial (lucro líquido ou prejuízo multiplicado pelo percentual de participação) referente à venda de lotes na controlada em conjunto Betim Incorporações S.A. está adicionado / excluído por se tratar de uma atividade que está fora do core business da Companhia.

⁴ Nesta rubrica estão sendo adicionados / excluídos Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e doações por não serem itens recorrentes e não serem intrínsecas às atividades de locação.

Dívida Líquida/ Patrimônio Líquido (em R\$mil, exceto em porcentagem)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Dívida Líquida	1.042.986	371.100	56.099
Patrimônio Líquido	3.663.839	3.340.742	3.079.961
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	28,5%	11,1%	1,82%

Dívida Líquida/ EBITDA Total (em R\$mil, exceto em porcentagem)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Dívida Líquida	1.042.986	371.100	56.099
EBITDA Total	499.859	414.534	251.477
Alavancagem	2,09	0,90	0,22

(*) Impacto tributário dos Ativos vendidos para o FII referente ao FFO e FFO Ajustado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Resultado da venda antes do imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) [a]	-	-	2.115
Cálculo do IR/CS:	-	-	
Receita de venda	-	-	90.739
Custo histórico dos ativos	-	-	(45.457)
Outros custos	-	-	(772)
Base tributável	-	-	44.510
Alíquota de IR/CS	-	-	34%
Despesa de IR/CS [b]	-	-	15.133
Resultado líquido da operação [a] + [b]	-	-	17.248

a) Motivo pelo qual a Companhia entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA ou LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 156"), conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA Ajustado (também denominado pela Companhia como EBITDA Atividades de Locação) é calculado por meio do lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização, acrescido ou reduzido para excluir o resultado das seguintes operações: valor justo das propriedades para investimentos (PPIs) de controladas, controladas em conjunto (outras) e controladas em conjunto (Torino); alienação de PPIs: Plaza Mirante Sul, Extrema, terreno Cabral, alienação de ativos vendidos pra o FII, Torino e PIB Betim II, equivalência patrimonial Betim Incorporações S.A., de ITBI decorrente da Incorporação LOG Fortaleza, doações e baixa despesas

Follow On, que a Companhia acredita como apropriadas para refletir suas operações. A Companhia acredita que os ajustes complementares aplicados na apresentação do EBITDA Ajustado são apropriados para fornecer informação adicional para gestão de suas operações e aos investidores sobre itens relevantes que não afetam sua geração de caixa, e outros itens que não são decorrentes de suas operações principais, como Equivalência Patrimonial.

A Margem EBITDA Ajustada é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

A Companhia utiliza o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado como indicadores não contábeis, pois a Companhia acredita serem medidas práticas para medir seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade ao longo dos anos da estrutura atual da Companhia, que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, itens relevantes que não afetam a sua geração de caixa, e outros itens não usuais ou que não são decorrentes de suas operações principais.

Conseqüentemente, a Companhia acredita que o EBITDA e EBITDA Ajustado permitem uma melhor compreensão não só do desempenho financeiro da Companhia, como também da sua capacidade de cumprir com suas obrigações passivas e obter recursos para suas atividades.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitidas pelo IASB e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou performance da Companhia. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Instrução CVM 527, que versa sobre essa medida em seu artigo 3º, inciso I.

Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Líquida/Patrimônio Líquido e Dívida Líquida/EBITDA

A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante).

A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), (Dívida Bruta), deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). A Companhia utiliza a Dívida Líquida como um indicador para medir a capacidade de pagamento do seu endividamento com terceiros com a utilização de recursos próprios.

A Dívida Líquida/Patrimônio Líquido corresponde a divisão da Dívida Líquida pelo patrimônio líquido. A Dívida Líquida/EBITDA Ajustado corresponde a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado.

A Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Líquida/Patrimônio Líquido e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro.

- IFRS, emitidas pelo IASB, e não possuem significados padrão e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa da Companhia. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Líquida/Patrimônio Líquido e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Funds from Operations (FFO) e FFO Ajustado

A Companhia também utiliza a métrica FFO (“funds from operations”), que consiste em medida simplificada de geração de caixa, no qual se adiciona ao lucro (prejuízo) líquido a depreciação.

O FFO Ajustado é calculado por meio do lucro líquido do exercício ajustado pelas despesas de depreciação acrescido ou reduzido para excluir o resultado das seguintes operações: valor justo das propriedades para investimentos (PPIs) de controladas, controladas em conjunto (outras) e controladas em conjunto, alienação de PPIs, equivalência patrimonial, ITBI, doações e baixa despesas Follow On, que a Companhia acredita como apropriadas para refletir suas operações.

A margem FFO e margem FFO Ajustado é calculada pela divisão do FFO ou FFO Ajustado pela receita líquida. Essa métrica é utilizada no setor de locação de propriedades comerciais.

A administração da Companhia acredita que o FFO e o FFO Ajustado e as respectivas margens são indicadores utilizados para medir a capacidade que a operação possui em gerar recebimentos superiores aos desembolsos.

O FFO, Margem FFO, FFO Ajustado e Margem FFO Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, emitidas pelo IASB, e não possuem significados padrão e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa da Companhia. Outras companhias podem calcular o FFO, Margem FFO, FFO Ajustado e Margem FFO Ajustado de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Em janeiro de 2023, a Companhia liquidou parcialmente operações de equity swap em 990 mil ações pelo valor total de R\$12 milhões, contratando simultaneamente nova operação pela mesma quantidade de ações com vencimento em julho de 2024, atualização pelo CDI + 1,84% a.a.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) Regras sobre retenção de lucros

De acordo com Lei nº 6.404/76 e nos termos do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e as provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro. O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

(i) parcela de 5% para constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) haverá uma parcela, por proposta dos Administradores, que poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76;

(iii) uma parcela do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos valores descritos nos itens (i) e (ii) acima será destinada ao pagamento do dividendo anual obrigatório aos acionistas, o qual poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei;

(iv) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;

(v) O saldo restante terá a destinação que determinar a Assembleia Geral de Acionistas.

b) regras sobre distribuição de dividendos

Aos acionistas é assegurado direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido os seguintes valores:

- (i) importância destinada à constituição de reserva legal;
- (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e
- (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei nº 6.404/76.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

A periodicidade da distribuição de dividendos é anual, observadas as regras da Lei nº 6.404/76 e o Estatuto Social da Companhia, podendo haver a distribuição de dividendos em períodos menores.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Não há.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua Política de Destinação de Resultados formalizada, a Companhia entende que seu Estatuto Social endereça os principais pontos sobre a destinação de seus resultados, uma vez que, em seu artigo 37, estabelece o parâmetro de referência a ser utilizado para a destinação do lucro e define a periodicidade e as regras para pagamentos de dividendos no parágrafo 1º do seu artigo 36.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- I. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

- II. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- III. Contratos de construção não terminada
- IV. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não mantém quaisquer operações, contratos, obrigações, outros tipos de compromissos ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, em nossa situação financeira.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

Não aplicável.

b) Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos

a. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Até o final do exercício social de 2022, a Companhia investiu um valor acumulado histórico de R\$3,4 bilhões em seus ativos. Os investimentos se destinaram principalmente à aquisição de terrenos e a desenvolvimento e construção de condomínios logísticos.

Os ativos adquiridos vêm sendo e serão utilizados para o desenvolvimento das atividades da Companhia, conforme projetos aprovados pelo Conselho de Administração, sem prejuízo de outros que venham a ser aprovados no futuro. Atualmente nossos investimentos em andamento e previstos, em cada um dos ativos que desenvolvemos, estão descritos abaixo.

Galpões Logísticos

A Companhia desenvolve centros logísticos com perfil diversificado de locatários (multi-tenant), localizados às margens de importantes eixos logísticos. Os Projetos entregues e em desenvolvimento até 31 de dezembro de 2022 haviam recebido no acumulado histórico da Companhia cerca de R\$3,33 bilhões em investimentos entre recursos próprios e de terceiros e estavam localizados em 38 cidades e 18 estados. Os projetos de condomínios logísticos desenvolvidos pela LOG possuem especificações de classe internacional com infraestrutura completa para a instalação de operadores logísticos e indústria leve.

b. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia em Propriedades para Investimento no ativo Não Circulante vêm sendo financiados por meio de recursos próprios e de terceiros. Os recursos financeiros de terceiros originados para nossos ativos advêm de produtos bancários de financiamento imobiliário e operações de mercado de capitais de perfil de longo prazo.

c. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não está realizando nenhum desinvestimento e não tem definido em seu plano de negócios nenhum desinvestimento futuro.

b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços

a. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, uma vez que atualmente não há pesquisas em andamento realizadas pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

b. Montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou gastos em pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços

c. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, uma vez que atualmente não há projetos em desenvolvimento pela Companhia que já tenham sido divulgados.

d. Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

ESG DA LOG com práticas ambientais, sociais e de governança, alinhadas com os interesses e expectativas dos clientes e acionistas, sendo reconhecidas pelas principais entidades que tratam do assunto no Brasil.

A Log é uma empresa com 15 anos de mercado, acompanhando as tendências do setor e vivenciando esta fase de amadurecimento colhendo ótimos resultados. A Companhia busca um futuro com perspectivas de ampliação do negócio e melhoria contínua da sua atuação por um futuro mais sustentável. Neste sentido, há um grupo de trabalho atuante, subordinado ao Comitê de Sustentabilidade e Compliance, para atender a estratégia vinculada à agenda ESG. Abaixo, estão destacados os avanços de 2022 nessa jornada:

Governança: a Companhia está listada no segmento Novo Mercado na B3, que estabelece o mais alto nível de governança corporativa do mercado de capitais brasileiro e revisita constantemente os processos e promove melhorias para atender as exigências do setor; reestruturando e criando políticas corporativas. A Log conquistou a Certificação ISO 9001, mantém altos índices de satisfação com os clientes; construiu o programa de diversidade, equidade e inclusão; além de fazer a gestão de todos os fornecedores, garantindo o alinhamento dos fornecedores aos valores da Companhia; entre outras ações.

Social: o objetivo da Companhia é contribuir com as comunidades vizinhas aos empreendimentos, levando assim, desenvolvimento sustentável para a região. São dois pilares de atuação: cursos de educação básica e profissionalizantes, que proporcionam oportunidades de evolução aos

colaboradores dos locatários e moradores do entorno e um programa de apoio à saúde, cujo foco é melhorar o acesso a esse serviço essencial para as comunidades onde está inserida. Ao contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde está presente, a Log acredita estar minimizando riscos na gestão e aumentando geração de valor para o negócio. Os valores da companhia se estendem as equipes e práticas junto das comunidades. Essa geração de valor, por sua vez, estende-se aos clientes, pois a Log é parte de sua cadeia logística em um círculo virtuoso de valor compartilhado.

Ambiental:

Construções sustentáveis: A Log possui uma robusta estrutura para construção sustentável, desde a concepção do projeto até a gestão da operação do dia a dia do condomínio. A Companhia utiliza as melhores práticas de construção, que causem menor impacto ao meio ambiente, como por exemplo a substituição de 100% de lâmpadas para a tecnologia LED, que consomem menos energia, tem melhor desempenho e impacto ambiental e reduzem custos fixos. Estamos na fase final da Certificação LEED nos empreendimentos Viana II-ES e Itapeva-MG, a mais importante do nosso setor, que certifica o empreendimento nas melhores práticas de gestão de recursos naturais, aumenta o valor dos empreendimentos, melhora aspectos de saúde e segurança dos colaboradores e condôminos durante toda a vida útil do empreendimento. Vale mencionar que praticamos o manejo adequado para a contínua diminuição de geração de resíduos e estimulamos a prática de reciclagem nas operações.

Energia limpa: a Companhia atingiu o patamar de 100% do ABL (área bruta locável) abastecido com comprovada energia renovável. São 20mil toneladas de CO2 a menos na atmosfera por ano, o equivalente a eliminar 35 mil carros das ruas por ano. Isso representa uma operação mais sustentável para os clientes, que podem reportar a redução no inventário de emissões das empresas, sem nenhum custo.

Inventário de emissões: a Log realizou o inventário de emissões e está em amadurecimento da estratégia de descarbonização, em que quase a totalidade das emissões está relacionada ao escopo 3.

Transparência: como parte do processo de amadurecimento interno, a Log iniciou o processo de coleta de dados para avaliação dos questionários CDP, TCFD e ISE. Em seguida, o próximo passo é criar planos de ação para evoluir nos desafios que serão apresentados.

Prêmio e reconhecimentos de 2022:

ABRASCA: em 2022, a Log foi vencedora do 24º Prêmio Abrasca de melhor relatório anual de sustentabilidade, categoria companhia aberta grupo 2. O prêmio avalia os melhores relatórios de todo o Brasil, considerando clareza, transparência, qualidade e quantidade de informações e caráter inovador.

GRI AWARDS: prêmio de “Melhor Projeto de Ação Social” através do Log Social pelo GRI Awards. O prêmio GRI Awards é um reconhecimento do GRI Club ao mercado imobiliário brasileiro e tem como objetivo enaltecer os projetos que melhor representam a excelência e a inovação no setor, destacando-se como referência em suas respectivas categorias.

GHG PROTOCOL: Selo Ouro GHG Protocol, certificação que indica o mais alto nível de qualificação do nosso inventário de emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa). A classificação Ouro atesta que, além de seguir todas as diretrizes do programa, a Log teve o inventário corporativo auditado por uma instituição verificadora independente, o que assegura credibilidade, exatidão e qualidade ao processo de mensuração. Vale ressaltar que a Log conseguiu o Selo Ouro já no primeiro ano de inventário.

THE INTERNATIONAL REC STANDARD: em 2022, a Log obteve o The International REC Standard, certificado internacional de energia renovável, que comprova a origem da energia consumida pela empresa, atesta o compromisso com a preservação do meio ambiente e com as melhores práticas de ESG e atende a padrões de contabilização de emissões e protocolos internacionais.

O compromisso da Log com o futuro também está sendo materializado em ações de engajamento com as principais referências globais que pautam as discussões sobre sustentabilidade. Em 2021, a companhia formalizou a adesão à Rede Brasil do Pacto Global da ONU, ao HUB ODS Minas Gerais, e se filiou à Rede Desafio 2030, parceira do Pacto Global formada por empresas mineiras, voltadas a gerar impactos positivos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Agenda 2030, da ONU. Além disso, a partir do seu modelo de negócios e materialidade estratégica, foram definidos os ODS prioritários de atuação Log, sendo estes o foco de maior contribuição para o alcance das metas globais de desenvolvimento sustentável.

[Clique aqui e conheça as iniciativas ESG da companhia.](#)

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Em observância ao Ofício Circular Nº 02/2020 da CVM, de 10 de março de 2020, que trata sobre os efeitos do COVID-19 nas demonstrações financeiras da Companhia, a Administração avaliou os impactos dos principais riscos e incertezas que poderiam afetar as demonstrações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo estas:

- **Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Eventuais alterações nos ratings dos emissores dos papéis detidos na carteira destas aplicações que possam levar ao reconhecimento de ajustes ao valor recuperável destes ativos

- **Contas a receber:** Inadimplência materialmente maior em função das concessões de maior prazo no pagamento das locações (diferimento).
- **Propriedades para investimento – PPIs:** Eventual alteração no valor justo dos ativos.
- **Imposto de renda diferido:** Eventual alteração na estimativa de realização dos impostos diferidos ativos, mediante projeção de geração de lucro tributável futuro.

A Administração avaliou os itens acima e entendeu que, até a data de emissão das demonstrações financeiras de 2022, não há impactos materiais que possam afetar as mesmas.

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2023

ANEXO II

INFORMAÇÕES SOBRE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(com base nas informações exigidas pelo Anexo A da Resolução CVM nº 81/22)

Destinação do Lucro Líquido

1. Informar o lucro líquido do exercício.

A Companhia auferiu lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 386.072.411,08 (trezentos e oitenta e seis milhões, setenta e dois mil, quatrocentos e onze reais e oito centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

O montante global dos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 91.692.197,63 (noventa e um milhões, seiscentos e noventa e dois mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e três centavos), cujo valor bruto por ação é de R\$ 0,91776786460, conforme constou na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de fevereiro de 2023.

O referido montante global dos dividendos foi integralmente antecipado e pago aos acionistas em 23 de fevereiro de 2023, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração, considerando-se o valor bruto por ação de R\$ 0,91776786460, bem como imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2022, conforme artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Os dividendos propostos pela administração, no valor de R\$ 91.692.197,63 (noventa e um milhões, seiscentos e noventa e dois mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e três centavos), correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido (ajustado após a destinação para a reserva legal).

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não aplicável, tendo em vista que não será proposta à Assembleia Geral Ordinária a declaração de dividendos com base em lucro líquido de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) Valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 102.159.154 (cento dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, cento e cinquenta e quatro) ações ordinárias. O valor de dividendos por ação reflete a composição acionária no dia 13 de fevereiro de 2023 (excluindo-se as ações mantidas em tesouraria no total de 2.251.322 ações ordinárias). Neste sentido, o valor bruto de dividendo por ação ordinária é de R\$ 0,91776786460 conforme constou na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 08 de fevereiro de 2023.

O referido montante global dos dividendos foi integralmente antecipado e pago aos acionistas em 23 de fevereiro de 2023, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração, considerando-se o valor bruto por ação de R\$ 0,91776786460, bem como imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2022, conforme artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Os dividendos propostos foram pagos em moeda corrente nacional em 23 de fevereiro de 2023, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Os dividendos foram declarados em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 08 de fevereiro de 2023. As ações da Companhia passaram a ser negociadas "ex-direito" a dividendos a partir de 14 de fevereiro de 2023, inclusive, com a data de corte de 13 de fevereiro de 2023.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não aplicável, tendo em vista que não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos.

Não aplicável, tendo em vista que não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

(em R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Lucro Líquido	386.072.411,08	368.954.906,09	139.959.337,58
Dividendos Distribuídos	91.692.197,63	87.626.790,20	33.240.342,68
Juros sobre Capital Próprio Distribuídos	0,00	0,00	0,00
Valor por Ação	0,91776786460	0,86662168336	0,32542770814

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal.

a) Identificar o montante destinado à reserva legal.

Nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a administração propõe a destinação de 19.303.620,55 (dezenove milhões, trezentos e três mil, seiscentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) para a reserva legal, valor este que corresponde a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Cálculo da Reserva Legal	Valor (R\$)
Lucro Líquido ("LL")	386.072.411,08
Reserva Legal – 5% LL	19.303.620,55

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável, uma vez que o capital social da Companhia é totalmente dividido em ações ordinárias.

10. Informar se ele está sendo pago integralmente.

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

O parágrafo 3º do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia prevê que aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido os seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

A recomendação da administração de distribuição pela Assembleia Geral Ordinária de dividendos contempla o pagamento da integralidade dos dividendos obrigatórios.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável, uma vez que administração não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

a. Informar o montante da retenção.

Não aplicável, uma vez que administração não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável, uma vez que administração não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável, uma vez que administração não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, uma vez que a administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável, uma vez que a administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável.

Não aplicável, uma vez que a administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável, uma vez que a administração não está propondo a destinação de resultado para a Reserva de Contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar.

Não aplicável, uma vez que a administração não está propondo a destinação de resultado para a reserva delucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável, uma vez que a administração não está propondo a destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

O item "f" do parágrafo 2º do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia estabelece que a Companhia poderá constituir reserva de lucros estatutária, correspondente a até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido, descontados os percentuais atribuídos para a constituição de reserva legal, reserva de contingências e reserva de lucros a realizar, que terá por fim financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante, bem como a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos.

O somatório das reservas, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva de contingências, não poderá exceder a 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia e à qual serão atribuídos recurso limitados ao lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias.

b. Identificar o montante destinado à reserva.

A administração da Companhia propõe a destinação de R\$ 275.076.592,89 (duzentos e setenta e cinco milhões, setenta e seis mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e nove centavos) para a reserva de retenção de lucro.

c. Descrever como o montante foi calculado.

Descrição	Valor (R\$)
Lucro Líquido ("LL")	386.072.411,08
(-) Reserva legal – 5% LL	19.303.620,55
(-) Dividendos propostos – 25% LL	91.692.197,63
Reserva de Lucro	275.076.592,89

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

a. Identificar o montante da retenção.

A administração da Companhia propõe a destinação de R\$ 275.076.592,89 (duzentos e setenta e cinco milhões, setenta e seis mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e nove centavos) para a reserva de retenção de lucro.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

A proposta de orçamento de capital se encontra anexa à presente Proposta na forma do Anexo III abaixo.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

a. Informar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, uma vez que a administração não está propondo a destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável, uma vez que a administração não está propondo a destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2023

ANEXO III

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO DE 2023

A Administração propõe para aprovação da Assembleia Geral a destinação do saldo remanescente total do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$275.076.592,89 (duzentos e setenta e cinco milhões, setenta e seis mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e nove centavos), para a reserva de retenção de lucros do orçamento de capital da Companhia. Esta reserva tem o objetivo de atender às necessidades de recursos para investimentos futuros de acordo com o Orçamento de Capital da Companhia a ser apresentado para aprovação da Assembleia Geral Ordinária, como segue:

Aplicações	R\$ Milhões
Investimentos em Propriedades para Investimentos	275,1
Total Aplicações	275,1
Recursos	
Retenção de lucro	275,1

Considerando tratar-se de projeções e perspectivas de negócios, que envolvem riscos, incertezas e premissas, as aplicações de recursos dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Condições econômicas gerais, condições setoriais e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos, capital de giro e aquisição de terrenos.

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 09.041.168/0001-10
NIRE 31.300.027.261
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2023

ANEXO IV

CANDIDATOS INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

(com base nas informações exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a.** nome
- b.** data de nascimento
- c.** profissão
- d.** CPF ou número do passaporte
- e.** cargo eletivo ocupado
- f.** data de eleição
- g.** data da posse
- h.** prazo do mandato
- i.** se foi eleito pelo controlador ou não

j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria · Item j com redação dada pela Resolução CVM nº 168, de 20 de setembro de 2022.

k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos

l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal ii. Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Composição e Experiência Profissional da Administração e do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Marcio Vieira de Siqueira	08/12/1977	Pertence apenas à Diretoria	19/04/2021	Até a primeira Reunião do Conselho de Administração após a AGO de 2023	3
971.753.826-34	Engenheiro	Diretor Executivo de Produção	19/04/2021	Sim	100%
O Sr. Márcio é membro do Comitê de Compliance e Sustentabilidade da Companhia.					
Sérgio Fischer Teixeira de Souza	18/03/1978	Pertence apenas à Diretoria	19/04/2021	Até a primeira Reunião do Conselho de Administração após a AGO de 2023	10
029.016.536-93	Engenheiro	Diretor Presidente / Superintendente	19/04/2021	Sim	100%
o Sr. Sergio é membro dos Comitês de Compliance e Sustentabilidade, Finanças e Recursos Humanos da Companhia.					
André Luiz de Ávila Vitória	28/12/1970	Pertence apenas à Diretoria	19/04/2021	Até a primeira Reunião do Conselho de Administração após a AGO de 2023	2
599.810.836-15	Administrador	Diretor de Relações com Investidores	19/04/2021	Sim	100%
o Sr. André é membro do Comitê de Finanças e membro Responsável do Comitê de Compliance e Sustentabilidade da Companhia.					
Rafael Steinbruch	19/07/1989	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2021	Até AGO 2023	1
228.020.438-03	Administrador	Conselho de Administração (Suplente)	19/04/2021	Sim	0.00%
Rafael Padilha de Lima Costa	30/03/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2021	Até AGO 2023	2
055.217.997-37	Administrador	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/04/2021	Não	100.00%

Composição e Experiência Profissional da Administração e do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Leonardo Guimarães Corrêa	30/10/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2021	Até AGO 2023	10
275.939.836-68	Economista	Conselho de Administração (Efetivo)	16/04/2021	Sim	100.00%
o Sr. Leonardo é membro do Comitê de Finanças da Companhia.					
Rubens Menin Teixeira de Souza	12/03/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2021	Até AGO 2023	10
315.836.606-15	Engenheiro	Presidente do Conselho de Administração	16/04/2021	Sim	100.00%
o Sr. Rubens Menin é membro do comitê de Recursos Humanos da Companhia.					
Júnia Maria de Sousa Lima Galvão	21/08/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2021	Até AGO 2023	1
878.532.996-72	Contadora	Conselho de Administração (Efetivo)	16/04/2021	Sim	100.00%
a Sr. Júnia é membro do Comitê de Recursos Humanos da Companhia.					
Barry Stuart Sternlicht	27/11/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2021	Até AGO 2023	8
000.000.000-00	Profissional do mercado imobiliário	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	16/04/2021	Não	100.00%
Passaporte nº 505694612					
Marcelo Martins Patrus	20/06/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2021	Até AGO 2023	9
533.217.906-53	Administrador e Contador	Conselho de Administração (Efetivo)	16/04/2021	Sim	100.00%

Composição e Experiência Profissional da Administração e do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez	19/12/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2021	Até AGO 2023	9
139.359.336-49	Advogado	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	16/04/2021	Não	99%
o Sr. Marcos é Coordenador do Comitê de Auditoria da Companhia.					
Thiago da Costa e Silva Lott	11/10/1980	Conselho Fiscal	19/04/2022	Até AGO 2023	4
039.250.866-41	Advogado	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	19/04/2022	Sim	100%
o Sr. Thiago é membro do Comitê de Auditoria da Companhia.					
Lucas Wanderley de Freitas	22/02/1985	Conselho Fiscal	19/04/2022	Até AGO 2023	2
060.484.106-03	Advogado	C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	19/04/2022	Sim	100%
Paulino Ferreira Leite	08/02/1948	Conselho Fiscal	19/04/2022	Até AGO 2023	4
056.171.206-97	Administrador	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	19/04/2022	Sim	100%
Marcos Vilela Vieira	30/06/1955	Conselho Fiscal	19/04/2022	Até AGO 2023	2
265.849.056-91	Economista	C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	19/04/2022	Sim	0
Sicomar Benigno de Araújo Soares	26/06/1971	Conselho Fiscal	19/04/2022	Até AGO 2023	1
670.227.826-87	Contador	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	19/04/2022	Sim	100%
Patrícia Bolina Pellini	29/06/1968	Conselho Fiscal	19/04/2022	Até AGO 2023	1
757.403.468-00	Advogada	C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	19/04/2022	Sim	0

Experiência profissional / Critérios de Independência
<p>Marcio Vieira de Siqueira – 971.753.826-34</p> <p>Formado em Engenharia Civil pela UFMG (2003), com pós-graduação em Gestão de Projetos pela Fundação Dom Cabral (2004). De 2003 a 2005 trabalhou na GASMIG como Engenheiro de Produção/Vendas. Após, ingressou na Camargo Corrêa como Gerente de Planejamento (2005 a 2008) e na Fidens Engenharia S.A como Gerente de Planejamento e Controle (2008 a 2013). Em 2013 ingressou na LOG Commercial Properties como Diretor de Produção, e desde janeiro de 2020 atua como Diretor Executivo de Produção da Companhia.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Marcio Vieira de Siqueira em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que Marcio Vieira de Siqueira tenha sofrido, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Marcio Vieira de Siqueira não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p>
<p>Sergio Fischer Teixeira de Souza – 029.016.536-93</p> <p>Formado em Engenharia Civil na Universidade Federal de Minas Gerais (2002), com pós-graduação em Finanças na Fundação Dom Cabral (2004) além de certificação pelo Advanced Management Program da Universidade de Columbia (2019). Atuou na MRV de 1997 a 2004, no departamento de Engenharia e Fornecimento. Após, tornou-se Vice-Presidente da MIC Corporation, responsável pelo desenvolvimento de projetos de caráter comercial, industrial e residencial na Florida, EUA. Desde 2008 ocupa o cargo de Diretor Executivo na LOG Commercial Properties. Além da LOG Commercial Properties não atuou outras em empresas de capital aberto.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sérgio Fischer Teixeira de Souza em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que Sérgio Fischer Teixeira de Souza tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Sérgio Fischer Teixeira de Souza não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p>
<p>André Luiz de Ávila Vitória – 599.810.836-15</p> <p>Formado em Administração de Empresas na FUMEC (1992) e em Ciências Contábeis pela UFMG (1993), com MBAs pela IBMEC e BSP e PDC pela Fundação Dom Cabral e certificação pelo Executive Program da Singularity University. Possui mais de vinte anos de experiência no mercado, tendo atuado como diretor em corporações de grande porte como AMBEV, Votorantim, Grupo Pão de Açúcar e Usiminas, construídos sobre histórico de mais de 10 anos de atuação na Arthur Andersen/Deloitte no Brasil e Estados Unidos.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que André Luiz de Ávila Vitória tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. André Luiz de Ávila Vitória não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p>
<p>Rafael Steinbruch – 228.020.438-03</p> <p>Foi membro do time de investimentos da Starwood Capital Group, onde foi responsável pela gestão dos investimentos na América Latina e pela prospecção de novos negócios nos Estados Unidos. Antes de se juntar a Starwood Capital Group em 2014, Rafael fazia parte do time de investimentos da G5 Evercore Private Equity, responsável pela prospecção e análise de investimentos na área de varejo e tecnologia. Iniciou sua carreira profissional no grupo de fusões e aquisições e mercado de capitais do Banco Morgan Stanley. Rafael Steinbruch atualmente é sócio da YUCA Comunidade de Tecnologia Ltda. Rafael é bacharel em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas – EAESP.</p> <p>Companhia não tem conhecimento da participação do Rafael Steinbruch em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que Rafael Steinbruch tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Rafael Steinbruch não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p>
<p>Leonardo Guimarães Corrêa – 275.939.836-68</p> <p>É graduado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1980 e pós-graduado em Finanças pela FGV em 1986. Trabalhou de 1982 a 1990 no Lloyds Bank como Gerente de Tesouraria. De 1990 a 2000 trabalhou no JP Morgan, tendo como último cargo o de diretor tesoureiro para o Brasil. Foi sócio do Banco Pactual de 2000 a 2003. De 2003 a 2006 foi sócio da Perfin Administração de Recursos, uma gestora de recursos independente, que se especializou na gestão de fundos de investimento. Ingressou na nossa Companhia em março de 2006 como Diretor Vice-Presidente Executivo. Em janeiro de 2007 assumiu a Diretoria Executiva de Relações com Investidores, em junho de 2009, a Diretoria Executiva de Relações com Investidores e Finanças. Atualmente é Vice-presidente do Conselho de Administração da MRV Engenharia e Participações S.A., membro do Conselho de Administração do Banco Inter S.A., banco múltiplo, membro do Conselho de Administração da LOG Commercial Properties SA, empresa de propriedades comerciais e industriais e membro do Conselho de Administração da Urba Desenvolvimento Urbano S.A., e Diretor de Tesouraria do Banco Inter.</p> <p>Companhia não tem conhecimento da participação do Leonardo Guimarães Corrêa em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que Leonardo Guimarães Corrêa tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Leonardo Guimarães Corrêa não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p>

Experiência profissional / Critérios de Independência
<p>Rubens Menin Teixeira de Souza – 315.836.606-15</p> <p>É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1978. Trabalhou como estagiário de engenharia na Vega Engenharia de 1973 a 1978. Em 1979 fundou o Grupo MRV, sendo seu principal executivo e eleito membro do Conselho da Administração em Assembleia Geral Extraordinária de 1 de junho a 31 de maio de 2006, atualmente exercendo o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Fundador e presidente do Conselho de Administração Banco Inter, um banco múltiplo, desde a sua constituição, em 1994. Fundador e presidente do Conselho de Administração da LOG Commercial Properties SA, empresa de propriedades comerciais e industriais, desde a sua constituição em 2008. Fundador e presidente do Conselho de Administração da Urba Desenvolvimento Urbano S.A., desde a sua constituição em 2012, que tem por objetivo desenvolver grandes áreas urbanas para uso residencial e/ou misto. Fundador e presidente do Conselho de Administração da AHS, desde a sua constituição em 2012, empresa do ramo imobiliário localizada em Miami/EUA. Fundador e presidente do Conselho de Administração da CNN Brasil, desde a sua constituição em 2019, canal de televisão voltada inteiramente ao jornalismo. Em 2018 recebeu o prêmio Empreendedor do Ano Global – EY World Entrepreneur Of The Year 2018. Em 2019 recebeu o Prêmio de Excelência 2019 da Câmara de Comércio Brasil -EUA, da Flórida. Em 2018 fundou em Portugal a vinícola Menin Douro Estates. Em 2021 tornou-se proprietário da Rádio Itatiaia, a maior emissora de Minas Gerais.</p> <p>Companhia não tem conhecimento da participação do Rubens Menin Teixeira de Souza em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que Rubens Menin Teixeira de Souza tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Rubens Menin Teixeira de Souza não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p>
<p>Júnia Maria de Sousa Lima Galvão – 878.532.996-72</p> <p>É graduada em Ciências Contábeis, pós-graduada em Gestão Financeira e Negócios Internacionais pela Fundação Dom Cabral, pós-graduada em Recursos Humanos e em Sistemas de Informação. Trabalhou de 1996 até janeiro de 2007 na RM Sistemas, vendida à Totvs S.A., como diretora administrativo-financeira, nas áreas administrativa, financeira e contábil, tendo sido responsável e procuradora da RM Sistemas. Foi eleita para o cargo de Diretora Executiva de Administração e Controladoria da Diretoria Executiva da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2007, cargo que exerce até a presente data. Júnia Maria de Sousa Lima Galvão também é diretora executiva da MRV. Além da MRV, não atuou ou atua em outras empresas de capital aberto.</p> <p>Companhia não tem conhecimento da participação da Júnia Maria de Sousa Lima Galvão em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que Júnia Maria de Sousa Lima Galvão tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Júnia Maria de Sousa Lima Galvão não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p>
<p>Barry Stuart Sternlicht – 000.000.000-00</p> <p>É Presidente e CEO da Starwood Capital Group. Foi responsável, nos últimos 31 anos, pela estruturação de mais de 400 transações de investimento totalizando mais de US\$ 40 bilhões em ativos. De 1995 até o início de 2005, o Sr. Sternlicht foi presidente e CEO da Starwood Hotels & Resorts Worldwide, empresa que hoje é uma das maiores companhias hoteleiras do mundo com 895 propriedades em 100 países que empregam mais de 120 mil pessoas. É graduado pela Brown University e possui MBA pela Harvard Business School. Faz parte do Conselho de Administração da LOG Commercial Properties desde 2011. Exerce em outras sociedades os seguintes cargos de administração: Presidente do Conselho da Starwood Property Trust (NYSE: STWD), Presidente do Conselho da Tri Pointe Homes (NYSE: TPH), Co-Presidente do Conselho da Colony Starwood Homes (NYSE: SFR), Trustee da Brown University, Membro do Conselho da The Estee Lauder Companies, Membro do Conselho do Real Estate Roundtable, Presidente do Conselho da The Robin Hood Foundation, Membro do Conselho do Dreamland Film & Performing Arts Center, Membro do Conselho de Trustees da US Olympic and Paralympic Foundation, Membro do World Presidents Organization, Membro do Urban Land Institute. Companhia não tem conhecimento da participação do Barry Stuart Sternlicht em entidades do terceiro setor.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que Barry Stuart Sternlicht tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Barry Stuart Sternlicht não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p> <p>PASSAPORTE Nº 505694612</p> <p>O Sr. Barry Stuart Sternlicht é considerado membro independente por não ter sido indicado para compor o Conselho de Administração da Companhia por acionista que faça parte do seu bloco de controle, bem como por se enquadrar nos critérios de independência constantes do Regulamento do Novo Mercado.</p>
<p>Marcelo Martins Patrus – 533.217.906-53</p> <p>Graduado em Administração de Empresas (1985) e Contabilidade (1987) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC). É Acionista e Diretor Presidente da Patrus Transportes Urgentes, uma companhia líder no setor de logística no Brasil, com mais de 1.700 empregados e uma frota de 2.100 veículos, abrangendo 9 Estados do Sul, Sudeste e Nordeste. Possui mais de 40 anos de experiência no setor de logística, além de ser um membro de várias associações da indústria. Marcelo Martins Patrus também é conselheiro da IMAP (Instituto Marum Patrus).</p> <p>Companhia não tem conhecimento da participação de Marcelo Martins Patrus em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que Marcelo Martins Patrus tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Marcelo Martins Patrus não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p>

Experiência profissional / Critérios de Independência
<p>Paulino Ferreira Leite – 056.171.206-97</p> <p>Administrador, possuindo diversos cursos de pós-graduação em sua área de atuação e MBA em Controladoria, Auditoria e Tributos – Fundação Getúlio Vargas, com extensão na Ohio University (2001 – 2002). Destaque para sua experiência profissional: Oficial da Polícia Militar de Minas Gerais (1966 – 1974), Auditor da Arthur Andersen (1974 – 1978), Secretário da Fazenda da Prefeitura de Bom Despacho (1989 – 1990), Controller da Klabin Azulejos, Centrais de Estocagem (BMG), CARFEPE e, atualmente, é membro do Conselho Fiscal do Banco Inter, da MRV Engenharia e Participações S.A, da LOG Commercial Properties e Participações S.A e, também, Sócio Diretor da CLZ Contadores e Associados, onde exerce assessoria e consultoria a diversas empresas.</p> <p>Companhia não tem conhecimento da participação de Paulino Ferreira Leite em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que Paulino Ferreira Leite tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Paulino Ferreira Leite não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617</p>
<p>Sicomar Benigno de Araújo Soares – 670.227.826-87</p> <p>Graduado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade do Estado de Minas Gerais (1996). Pós-Graduado em Auditoria Externa pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Mestre em Administração pela Fundação Cultura Dr. Pedro Leopoldo (2010). Em suas experiências profissionais ocupou o cargo de assistente contábil no Banco Agrimisa S.A. (1986-1996), atuou como superintendente contábil no Inter (1996 – 2022), foi professor assistente nas instituições: Pontifícia Universidade do Estado de Minas Gerais (2002), Faculdade Centro Educacional Mineiro (2014- 2016), Faculdade de Ciências Empresariais (2008 – 2013) e Faculdade Asa de Brumadinho (2003-2008). Foi membro da Comissão de IFRS do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – Biênio (2008 – 2009), e participante da Comissão Contábil da Febraban e ABBC. É membro do conselho fiscal da MRV e Log Commercial Properties.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Sicomar Benigno de Araújo Soares em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Sicomar Benigno de Araújo Soares tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução 50/21.</p>
<p>Lucas Wanderley de Freitas – 060.484.106-03</p> <p>O Sr. Lucas é advogado inscrito na OAB/MG sob o número 118.906. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos em 2008. Pós-Graduado em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito Milton Campos em 2009. Pós-Graduado em Direito Processual e Civil pela Fundação Getúlio Vargas em 2010. Sócio do escritório Lott, Oliveira Braga & Advogados Associados desde 2009.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Lucas Wanderley de Freitas em entidades do terceiro setor.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Lucas Wanderley de Freitas tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.</p>
<p>Patrícia Bolina Pellini – 112.442.448-21</p> <p>A Sra. Patrícia é Advogada, graduada (2003) e mestre (2008) em Direito Comercial pela PUC/SP, Administradora de Empresas, graduada pela EAESP/FGV (1990), com especialização (1992) em Finanças pela mesma entidade (CEAG). Por 14 anos, atuou no mercado financeiro, como analista de investimento – equity, debt, sell side, buy side e M&A – no Unibanco, Unibanco Asset Management e Banco Inter American Express. Ex-superintendente de Regulação, Orientação e Enforcement de Emissores da B3 (onde atuou por 16 anos), área responsável pelo desenvolvimento dos regulamentos, aplicação, enforcement e aprimoramento dos Segmentos Especiais – dentre os quais, o Novo Mercado – bem como por outras iniciativas relacionadas ao mercado de capitais. Consultora de Advocacy da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC), com foco em mercado de capitais, regulação e governança. Sócia-administradora da White Box Consultoria e Assessoria Empresarial, especializada em gerenciamento de riscos e governança corporativa. É membro do suplente do conselho fiscal do Banco Inter S.A, da MRV e Log Commercial Properties.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação da Sra. Patrícia Bolina Pellini em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que o Sra. Patrícia Bolina Pellini tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>
<p>Rafael Padilha de Lima Costa – 055.217.997-37</p> <p>Diretor da área de Private Equity e Venture Capital no Banco Bradesco S.A desde 2019. O Sr. Padilha é membro do Conselho de Administração da Log Commercial Properties e Participações S.A. (B3: LOGG3) desde 2019. Ele também atua como conselheiro da Semantix (NASDAQ: STIX) desde 2019, do Asaas (desde 2020), e da One Blinc (2023). Antes de ingressar no Private Equity & Venture Capital do Bradesco, o Sr. Padilha foi Managing Director da divisão de Investment Banking do Banco Bradesco BBI S.A.O Sr. Padilha possui MBA pela University of Chicago Graduate School of Business e graduação em Administração de Empresas com honras pela University of Miami.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Rafael Padilha de Lima Costa em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que o Sra. Patrícia Bolina Pellini tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>

	Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Marcio Vieira de Siqueira – 971.753.826-34	N/A	N/A
Sergio Fischer Teixeira de Souza – 029.016.536-93	N/A	N/A
André Luiz de Ávila Vitória – 599.810.836-15	N/A	N/A
Rafael Steinbruch – 228.020.438-03	N/A	N/A
Rafael Padilha de Lima Costa – 055.217.997-37	N/A	N/A
Leonardo Guimarães Corrêa – 275.939.836-68	N/A	N/A
Rubens Menin Teixeira de Souza – 315.836.606-15	N/A	N/A
Sicomar Benigno de Araújo Soares – 670.227.826-87	N/A	N/A
Lucas Wanderley de Freitas – 060.484.106-03	N/A	N/A
Patrícia Bolina Pellini – 112.442.448-21	N/A	N/A
Júnia Maria de Sousa Lima Galvão – 878.532.996-72	N/A	N/A
Barry Stuart Sternlicht – 000.000.000-00	N/A	N/A
Marcelo Martins Patrus – 533.217.906-53	N/A	N/A
Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez – 139.359.336-49	N/A	N/A
Thiago da Costa e Silva Lott – 039.250.866-41	N/A	N/A
Paulino Ferreira Leite – 056.171.206-97	N/A	N/A

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Pierre Carvalho Magalhães	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	22/11/1976	26/04/2022	Até a primeira RCA após AGO de 2023
028.132.646-01		Contador		26/04/2022	3	100.00%
Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	19/12/1951	26/04/2022	Até a primeira RCA após AGO de 2023
139.359.336-49		Advogado		26/04/2022	2	0.00%
Membro Independente do Conselho de Administração.						
Thiago da Costa e Silva Lott	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	11/10/1980	26/04/2022	Até a primeira RCA após AGO de 2023
039.250.866-41		Advogado		26/04/2022	3	100.00%
Membro do Conselho Fiscal.						
André Luiz de Ávila Vitória	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	28/12/1970	26/04/2022	Até a primeira RCA após AGO de 2023
599.810.836-15		Administrador		26/04/2022	2	0.00%
Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores; Membro do Comitê de Compliance.						
Leonardo Guimarães Corrêa	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	30/10/1958	26/04/2022	Até a primeira RCA após AGO de 2023
275.939.836-68		Economista		26/04/2022	3	100.00%
Membro do Conselho de Administração.						
Sergio Fischer Teixeira de Souza	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	18/03/1978	26/04/2022	Até a primeira RCA após AGO de 2023
029.016.536-93		Engenheiro		26/04/2022	3	100.00%
Diretor Presidente. Membro dos Comitês de Recursos Humano e Compliance e Sustentabilidade.						

Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
André Luiz de Ávila Vitória	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/12/1970	26/04/2022	Até a primeira RCA após AGO de 2023
599.810.836-15	Comitê de Compliance e Sustentabilidade	Administrador		26/04/2022	2	100.00%
Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores; Membro do comitê de Finanças.						
Sergio Fischer Teixeira de Souza	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/03/1978	26/04/2022	Até a primeira RCA após AGO de 2023
029.016.536-93	Comitê de Compliance e Sustentabilidade	Engenheiro		26/04/2022	3	100.00%
Diretor Presidente. Membro dos Comitês de Finanças e Recursos Humanos.						
Marcio Vieira de Siqueira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/12/1977	26/04/2022	Até a primeira RCA após AGO de 2023
971.753.826-34	Comitê de Compliance e Sustentabilidade	Engenheiro		26/04/2022	3	100.00%
Diretor Executivo de Produção.						
Júnia Maria de Sousa Lima Galvão	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/08/1970	26/04/2022	Até a primeira RCA após AGO de 2023
878.532.996-72	Comitê de Recursos Humanos	Contadora		26/04/2022	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração.						
Rubens Menin Teixeira de Souza	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/03/1956	26/04/2022	Até a primeira RCA após AGO de 2023
315.836.606-15	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		26/04/2022	3	100.00%
Presidente do Conselho de Administração.						
Sergio Fischer Teixeira de Souza	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/03/1978	26/04/2022	Até a primeira RCA após AGO de 2023
029.016.536-93	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		26/04/2022	2	100.00%
Diretor Presidente. Membro dos Comitês de Finanças e Compliance e Sustentabilidade.						

Experiência profissional / Critérios de Independência
<p>Marcio Vieira de Siqueira – 971.753.826-34</p> <p>Formado em Engenharia Civil pela UFMG (2003), com pós-graduação em Gestão de Projetos pela Fundação Dom Cabral (2004). De 2003 a 2005 trabalhou na GASMIG como Engenheiro de Produção/Vendas. Após, ingressou na Camargo Corrêa como Gerente de Planejamento (2005 a 2008) e na Fidens Engenharia S.A como Gerente de Planejamento e Controle (2008 a 2013). Em 2013 ingressou na LOG Commercial Properties como Diretor de Produção, e desde janeiro de 2020 atua como Diretor Executivo de Produção da Companhia.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Marcio Vieira de Siqueira em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que Marcio Vieira de Siqueira tenha sofrido, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Marcio Vieira de Siqueira não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p>
<p>Sergio Fischer Teixeira de Souza – 029.016.536-93</p> <p>Formado em Engenharia Civil na Universidade Federal de Minas Gerais (2002), com pós-graduação em Finanças na Fundação Dom Cabral (2004) além de certificação pelo Advanced Management Program da Universidade de Columbia (2019). Atuou na MRV de 1997 a 2004, no departamento de Engenharia e Fornecimento. Após, tornou-se Vice-Presidente da MIC Corporation, responsável pelo desenvolvimento de projetos de caráter comercial, industrial e residencial na Florida, EUA. Desde 2008 ocupa o cargo de Diretor Executivo na LOG Commercial Properties. Além da LOG Commercial Properties não atuou outras em empresas de capital aberto.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Sérgio Fischer Teixeira de Souza em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que Sérgio Fischer Teixeira de Souza tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Sérgio Fischer Teixeira de Souza não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p>
<p>André Luiz de Ávila Vitória – 599.810.836-15</p> <p>Formado em Administração de Empresas na FUMEC (1992) e em Ciências Contábeis pela UFMG (1993), com MBAs pela IBMEC e BSP e PDC pela Fundação Dom Cabral e certificação pelo Executive Program da Singularity University. Possui mais de vinte anos de experiência no mercado, tendo atuado como diretor em corporações de grande porte como AMBEV, Votorantim, Grupo Pão de Açúcar e Usiminas, construídos sobre histórico de mais de 10 anos de atuação na Arthur Andersen/Deloitte no Brasil e Estados Unidos.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento de que André Luiz de Ávila Vitória tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. André Luiz de Ávila Vitória não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p>
<p>Leonardo Guimarães Corrêa – 275.939.836-68</p> <p>É graduado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1980 e pós-graduado em Finanças pela FGV em 1986. Trabalhou de 1982 a 1990 no Lloyds Bank como Gerente de Tesouraria. De 1990 a 2000 trabalhou no JP Morgan, tendo como último cargo o de diretor tesoureiro para o Brasil. Foi sócio do Banco Pactual de 2000 a 2003. De 2003 a 2006 foi sócio da Perfin Administração de Recursos, uma gestora de recursos independente, que se especializou na gestão de fundos de investimento. Ingressou na nossa Companhia em março de 2006 como Diretor Vice-Presidente Executivo. Em janeiro de 2007 assumiu a Diretoria Executiva de Relações com Investidores, em junho de 2009, a Diretoria Executiva de Relações com Investidores e Finanças. Atualmente é Vice-presidente do Conselho de Administração da MRV Engenharia e Participações S.A., membro do Conselho de Administração do Banco Inter S.A., banco múltiplo, membro do Conselho de Administração da LOG Commercial Properties SA, empresa de propriedades comerciais e industriais e membro do Conselho de Administração da Urba Desenvolvimento Urbano S.A., e Diretor de Tesouraria do Banco Inter.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Leonardo Guimarães Corrêa em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que Leonardo Guimarães Corrêa tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Leonardo Guimarães Corrêa não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p>

Experiência profissional / Critérios de Independência
<p>Rubens Menin Teixeira de Souza – 315.836.606-15</p> <p>É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 1978. Trabalhou como estagiário de engenharia na Vega Engenharia de 1973 a 1978. Em 1979 fundou o Grupo MRV, sendo seu principal executivo e eleito membro do Conselho de Administração em Assembleia Geral Extraordinária de 1 de junho a 31 de maio de 2006, atualmente exercendo o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Fundador e presidente do Conselho de Administração Banco Inter, um banco múltiplo, desde a sua constituição, em 1994. Fundador e presidente do Conselho de Administração da LOG Commercial Properties SA, empresa de propriedades comerciais e industriais, desde a sua constituição em 2008. Fundador e presidente do Conselho de Administração da Urba Desenvolvimento Urbano S.A., desde a sua constituição em 2012, que tem por objetivo desenvolver grandes áreas urbanas para uso residencial e/ou misto. Fundador e presidente do Conselho de Administração da AHS, desde a sua constituição em 2012, empresa do ramo imobiliário localizada em Miami/EUA. Fundador e presidente do Conselho de Administração da CNN Brasil, desde a sua constituição em 2019, canal de televisão voltada inteiramente ao jornalismo. Em 2018 recebeu o prêmio Empreendedor do Ano Global – EY World Entrepreneur Of The Year 2018. Em 2019 recebeu o Prêmio de Excelência 2019 da Câmara de Comércio Brasil -EUA, da Flórida. Em 2018 fundou em Portugal a vinícola Menin Douro Estates. Em 2021 tornou-se proprietário da Rádio Itatiaia, a maior emissora de Minas Gerais.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Rubens Menin Teixeira de Souza em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que Rubens Menin Teixeira de Souza tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Rubens Menin Teixeira de Souza não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p>
<p>Júnia Maria de Sousa Lima Galvão – 878.532.996-72</p> <p>É graduada em Ciências Contábeis, pós-graduada em Gestão Financeira e Negócios Internacionais pela Fundação Dom Cabral, pós-graduada em Recursos Humanos e em Sistemas de Informação. Trabalhou de 1996 até janeiro de 2007 na RM Sistemas, vendida à Totvs S.A., como diretora administrativo-financeira, nas áreas administrativa, financeira e contábil, tendo sido responsável e procuradora da RM Sistemas. Foi eleita para o cargo de Diretora Executiva de Administração e Controladoria da Diretoria Executiva da nossa Companhia na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de janeiro de 2007, cargo que exerce até a presente data. Júnia Maria de Sousa Lima Galvão também é diretora executiva da MRV. Além da MRV, não atuou ou atua em outras empresas de capital aberto.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação da Júnia Maria de Sousa Lima Galvão em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que Júnia Maria de Sousa Lima Galvão tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Júnia Maria de Sousa Lima Galvão não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p>
<p>Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez – 139.359.336-49</p> <p>É graduado em direito pela Faculdade de Direito Milton Campos, em 1981. É sócio fundador da Construtora Becker Cabaleiro em 1977 e da CVG em 1986. Vice-Presidente da Câmara do Mercado Imobiliário de Belo Horizonte na relação com as construtoras e o Sindicato da Construção Civil de 1999 a 2002. É sócio da MA Cabaleiro Ltda. e da Urbamais Properties e Participações S.A. É Vice-Presidente do Conselho de Administração da LOG Commercial Properties.</p> <p>O Sr. Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez é considerado membro independente por não ter sido indicado para compor o Conselho de Administração da Companhia por acionista que faça parte do seu bloco de controle, bem como por se enquadrar nos critérios de independência constantes do Regulamento do Novo Mercado.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação do Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p>
<p>Thiago da Costa e Silva Lott – 039.250.866-41</p> <p>Advogado inscrito na OAB/MG sob o número 101.330. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade do Estado de Minas Gerais (2005). Pós-Graduado em Direito Processual pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica do Estado de Minas Gerais (2006). Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade Milton Campos (2016), pós-graduando em MBA Executive MBA na Fundação Dom Cabral (início em 2017). Sócio fundador do escritório Lott, Oliveira Braga e Advogados Associados (2008 até os dias de hoje). Atua na advocacia contenciosa e consultiva nas áreas do direito cível, societário e empresarial. Thiago da Costa e Silva Lott é membro do conselho fiscal do Banco Inter S.A, da MRV e Log Commercial Properties.</p> <p>A Companhia não tem conhecimento da participação de Thiago da Costa e Silva Lott em entidades do terceiro setor. A Companhia não tem conhecimento de que Thiago da Costa e Silva Lott tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Thiago da Costa e Silva Lott não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.</p>

Experiência profissional / Critérios de Independência**Pierre Carvalho Magalhães – 028.132.646-01**

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Minas Gerais em 2000, com MBA pelo IBMEC em 2006. Atuou de 1997 a 2010 como auditor na Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de 2010 a 2014 como gestor executivo de riscos e auditoria interna na MRV Engenharia e Participações S.A., sendo desde 2014 sócio da empresa Assets Assessoria Empresarial, empresa de consultoria em processos, auditoria interna e contabilidade. Pierre possui sólida experiência em Auditoria Interna, Auditoria Externa, Gestão de Riscos e Controladoria, Implantação da área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos em empresa de grande porte de capital aberto.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Pierre Carvalho Magalhães tenha sofrido nos últimos 5 anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Companhia não tem conhecimento da participação do Pierre Carvalho Magalhães em entidades do terceiro setor. Pierre Carvalho Magalhães não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Nome	Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Marcio Vieira de Siqueira – 971.753.826-34	N/A	N/A
Sergio Fischer Teixeira de Souza – 029.016.536-93	N/A	N/A
André Luiz de Ávila Vitória – 599.810.836-15	N/A	N/A
Leonardo Guimarães Corrêa – 275.939.836-68	N/A	N/A
Rubens Menin Teixeira de Souza – 315.836.606-15	N/A	N/A
Júnia Maria de Sousa Lima Galvão – 878.532.996-72	N/A	N/A
Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez – 139.359.336-49	N/A	N/A
Thiago da Costa e Silva Lott – 039.250.866-41	N/A	N/A
Pierre Carvalho Magalhães - 028.132.646-01	N/A	N/A

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Rubens Menin Teixeira de Souza Membro do Conselho de Administração	315.836.606-15	LOG Commercial Properties	09.041.168/0001-10	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
<u>Pessoa relacionada</u> Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza Sócio Administrador	013.255.636-76	Conedi Participações Ltda.	07.353.227/0001-60	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Rubens Menin Teixeira de Souza Membro do Conselho de Administração	315.836.606-15	LOG Commercial Properties	09.041.168/0001-10	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
<u>Pessoa relacionada</u> Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia Sócia Administradora	040.415.096-96	Conedi Participações Ltda.	07.353.227/0001-60	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u> Rubens Menin Teixeira de Souza Membro do Conselho de Administração	315.836.606-15	LOG Commercial Properties	09.041.168/0001-10	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
<u>Pessoa relacionada</u> João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza Sócio Administrador	013.436.666-27	Conedi Participações Ltda.	07.353.227/0001-60	
<u>Observação</u>				

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social
- controlador direto ou indireto do emissor
- caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2022			
<u>Administrador do Emissor</u> Rubens Menin Teixeira de Souza Membro do conselho de administração	315.836.606-15	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> MRV Engenharia e Participações S.A. Membro do conselho de administração	08.343.492/0001-20		
<u>Observação</u> -			
<u>Administrador do Emissor</u> Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez Membro do conselho de administração	139.359.336-49	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> MRV Engenharia e Participações S.A. Membro do conselho de administração	08.343.492/0001-20		
<u>Observação</u> -			
<u>Administrador do Emissor</u> Leonardo Guimarães Corrêa Membro do conselho de administração	275.939.836-68	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> MRV Engenharia e Participações S.A. Membro do Conselho de Administração	08.343.492/0001-20		
<u>Observação</u> -			
Exercício Social 31/12/2021			
<u>Administrador do Emissor</u> Rubens Menin Teixeira de Souza Membro do conselho de administração	315.836.606-15	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> MRV Engenharia e Participações S.A. Membro do conselho de administração	08.343.492/0001-20		
<u>Observação</u> -			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2021			
<u>Administrador do Emissor</u> Leonardo Guimarães Corrêa Membro do conselho de administração	275.939.836-68	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> MRV Engenharia e Participações S.A. Membro do Conselho de Administração	08.343.492/0001-20		
<u>Observação</u> -			
Exercício Social 31/12/2020			
<u>Administrador do Emissor</u> Rubens Menin Teixeira de Souza Membro do conselho de administração	315.836.606-15	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> MRV Engenharia e Participações S.A. Membro do conselho de administração	08.343.492/0001-20		
<u>Observação</u> -			
<u>Administrador do Emissor</u> Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez Membro do conselho de administração	139.359.336-49	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> MRV Engenharia e Participações S.A. Membro do conselho de administração	08.343.492/0001-20		
<u>Observação</u> -			
<u>Administrador do Emissor</u> Leonardo Guimarães Corrêa Membro do conselho de administração	275.939.836-68	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> MRV Engenharia e Participações S.A. Membro do Conselho de Administração	08.343.492/0001-20		
<u>Observação</u> -			

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.041.168/0001-10

NIRE 31.300.027.261

Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2023

ANEXO V

INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(com base nas informações exigidas pelo item 8 do Formulário de Referência)

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2019, a Política de Remuneração dos Administradores da Companhia, que estabelece diretrizes para a fixação da remuneração e dos benefícios concedidos aos Diretores estatutários e não-estatutários, aos membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e aos membros dos Comitês estatutários e não estatutários instituídos pela Companhia. A Política está disponível no site de relações com investidores da Companhia (ri.logcp.com.br), bem como no website da CVM (cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br)

A política de remuneração da LOG considera três perspectivas inter-relacionadas:

i. Perspectiva do empregador: promover o conhecimento, as competências e os comportamentos necessários para o sucesso do negócio;

ii. Perspectiva do empregado: a remuneração é uma parte de uma proposta de valor atrativa que ele entende e apoia; e

iii. Perspectiva de custos: os custos de remuneração são sustentáveis e não comprometem outros investimentos.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Assembleia Geral Ordinária da Companhia fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

Conselho de Administração:

A prática de remuneração dos membros do Conselho de Administração inclui remuneração fixa. Os membros do Conselho de Administração passaram a auferir remuneração pelo desempenho de suas funções a partir do exercício social de 2019.

Diretoria Estatutária:

A remuneração da Diretoria estatutária da Companhia é fixada pela Assembleia Geral, devendo os membros do Conselho de Administração determinar sua distribuição, de acordo com funções e responsabilidades e observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia e de seus acordos de acionistas. Também é considerada a remuneração de outros executivos da indústria de propriedades comerciais, bem como o desempenho coletivo da equipe de gestão executiva para atingir nosso objetivo de aumentar o valor de nossas ações.

Os Diretores Estatutários, além da remuneração mensal fixa, paga a título de pró-labore, recebem uma remuneração variável atrelada ao seu desempenho e condicionada ao cumprimento de determinadas metas de sua área. Também foram outorgadas opções de compra de ações de nossa emissão, para serem exercidas nos prazos e nas condições estipuladas no Plano III de Outorga de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 19 de abril de 2022, sendo que este Plano III é uma evolução do plano aprovado em Assembleia Geral em 16 de abril de 2020 (Plano II), sendo as alterações pertinentes também válidas ao Plano I naquela data aprovado ("Plano de Opções de Compra de Ações"). Sendo assim, a remuneração da Diretoria estatutária inclui: (i) uma remuneração-base e uma remuneração variável, relacionada com metas de acordo com a posição e a área do administrador; (ii) uma remuneração indireta, representada pelos benefícios; e (iii) uma remuneração baseada em ações, decorrente das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações. Esta política concilia objetivos de curto, médio e longo prazo.

Diretoria Não Estatutária:

A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração da Diretoria não estatutária é estabelecida segundo a legislação existente. Todos são contratados em regime CLT, objetivando a busca de resultados no aferimento da remuneração de cada Diretor. Adicionalmente, os membros da Diretoria possuem remuneração baseada em ações, conferida no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia.

Sendo assim, a remuneração da Diretoria não estatutária inclui: (i) uma remuneração-base e uma remuneração variável, relacionada com metas de acordo com a posição e a área do administrador; (ii) uma remuneração indireta, representada pelos benefícios; e (iii) uma remuneração baseada em ações, decorrente das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

Conselho Fiscal:

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal foi atribuída pela Assembleia Geral que os elegeu, nos termos da legislação aplicável.

Comitês:

Os membros do Comitê de Auditoria passaram a auferir remuneração pelo desempenho de suas funções a partir do exercício social de 2019. A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria inclui apenas remuneração fixa, sem compreender nenhum tipo de benefício, remuneração variável, benefício pós-emprego, ou mesmo direito a participar do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Os membros dos demais Comitês da Companhia não auferem remuneração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são remunerados de forma compatível com suas responsabilidades, o tempo de dedicação às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado. Os elementos da remuneração e limites anuais são definidos em Assembleia Geral de Acionistas. Os reajustes levam em consideração pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil.

Diretoria Estatutária

A remuneração da Diretoria estatutária da Companhia é fixada pela Assembleia Geral, devendo os membros do Conselho da Administração determinar sua distribuição, de acordo com funções e responsabilidades e observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia e de seus acordos de acionistas. A remuneração da Diretoria estatutária da Companhia considera a remuneração de outros executivos da indústria de propriedades comerciais, bem como o desempenho coletivo da equipe de gestão executiva para atingir o objetivo da Companhia de aumentar o valor de suas ações.

Os Diretores Estatutários, além da remuneração mensal fixa, paga a título de pró-labore, recebem uma remuneração variável atrelada ao seu desempenho e condicionada ao cumprimento de determinadas metas de sua área. Também foram outorgadas opções de compra de ações de nossa emissão, para serem exercidas nos prazos e nas condições estipuladas no Plano de Opções de Compra de Ações.

Assim, a política de remuneração de nossa diretoria estatutária inclui:

- (i) uma remuneração-base e uma remuneração variável, relacionada com metas de acordo com a posição e a área do administrador;*
- (ii) uma remuneração indireta, representada pelos benefícios; e*
- (iii) uma remuneração baseada em ações, decorrente das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações. Esta política concilia objetivos de curto, médio e longo prazo.*

Os reajustes levam em consideração pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil. Com base nisso, os ajustes são analisados pelo Conselho de Administração e levados para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Diretoria Não Estatutária

A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração da Diretoria não estatutária é estabelecida segundo a legislação existente. Todos são contratados em regime CLT, objetivando a busca de resultados no aferimento da remuneração de cada diretor. Adicionalmente, os membros da nossa Diretoria possuem remuneração baseada em ações, conferida no âmbito do nosso Plano de Opções de Compra de Ações.

A negociação entre o sindicato dos empregados em empresas de compra, venda, locação e administração de imóveis comerciais e residências de Belo Horizonte e região metropolitana acorda um incremento salarial (percentual ou fixo) anual para os trabalhadores da Companhia. Com relação à Diretoria não estatutária, estas convenções entre sindicatos são observadas, no entanto, a Companhia tem a faculdade de reajustar cada elemento da remuneração total caso entenda necessário.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Caberá ao Conselho de Administração avaliar a adequação da Política de Remuneração da Companhia e realizar alterações sempre que necessário. Referidas avaliações são feitas através de pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores e atuantes no Brasil.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Abaixo a descrição dos elementos que compõem a remuneração e seus objetivos. Cada elemento da remuneração cumpre um papel no curto, médio e longo prazo. Como há um vínculo forte com resultados, a Companhia assegura uma remuneração sustentável, sem comprometimento de quaisquer outros investimentos.

- **Salário ou pró-labore (remuneração-base):** Corresponde ao salário base e tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (Companhia) e externamente (mercado)
- **Participação de resultados (remuneração variável):** Corresponde à participação nos lucros e tem por objetivo premiar o alcance e superação de metas da Companhia, área e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e concorrência.
- **Benefícios:** Corresponde ao seguro de vida, assistência médica e o plano de previdência privada e têm por objetivo complementar benefícios da assistência social.
- **Remuneração baseada em ações - incluindo opções (incentivos de longo prazo):** Corresponde ao Plano de Opções de Compra de Ações e têm por objetivo reforçar a retenção dos funcionários e alinhar interesses com acionistas na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo.
- **Remuneração pós-emprego:** Corresponde ao plano de previdência privada e, assim como os benefícios, tem o objetivo de complementar a assistência privada e complementar a aposentadoria.

• Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

As tabelas abaixo apresentam a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total da Diretoria para os últimos 3 exercícios sociais

Diretoria Estatutária			
	2020	2021	2022
Salário ou pró-labore (Remuneração Base)	48%	43%	38%
Participação de resultados (Remuneração Variável)	22%	23%	29%
Benefícios	3%	3%	2%
Remuneração baseada em ações	25%	29%	30%
Remuneração pós-emprego	2%	2%	1%
Diretoria Não Estatutária			
	2020	2021	2022
Salário ou pró-labore (Remuneração Base)	72%	65%	58%
Participação de resultados (Remuneração Variável)	18%	19%	23%
Benefícios	4%	5%	4%
Remuneração baseada em ações	4%	9%	13%
Remuneração pós-emprego	2%	2%	2%
Conselho Fiscal			
	2020	2021	2022
Salário ou pró-labore (Remuneração Base)	100%	100%	100%
Participação de resultados (Remuneração Variável)	-	-	-
Benefícios	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Remuneração pós-emprego	-	-	-

· Sua metodologia de cálculo e de reajuste

Diretoria estatutária

Os elementos da remuneração e limites anuais são definidos em Assembleia Geral de Acionistas. Os reajustes levam em consideração pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil. Com base nisso, os ajustes são analisados pelo Conselho de Administração e levados para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Diretoria não estatutária

A negociação entre o sindicato dos empregados em empresas de compra, venda, locação e administração de imóveis comerciais e residências de Belo Horizonte e região metropolitana acorda um incremento salarial (percentual ou fixo) anual para os trabalhadores da empresa. Com relação à Diretoria Não-Estatutária, estas convenções entre sindicatos são seguidas. A Companhia pode reajustar cada elemento da remuneração total caso entenda necessário.

Conselho de Administração

Os elementos da remuneração e limites anuais são definidos em Assembleia Geral de Acionistas. Os reajustes levam em consideração pesquisas de mercado realizadas com empresas de mesmo porte, de diferentes setores, atuantes no Brasil.

· Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.

- Salário ou pró-labore (remuneração-base): não há indicadores de desempenho que são levados em consideração.
- Participação de resultados (remuneração variável): O acompanhamento dos indicadores é realizado mensalmente, e a apuração final dos resultados é feita no ano subsequente ao exercício e aprovada pelo Conselho de Administração. Cada indicador tem um peso específico que, ponderado, consolida a remuneração variável total.
- Benefícios: não há indicadores de desempenho que são levados em consideração.
- Remuneração baseada em ações - incluindo opções (incentivos de longo prazo): A definição da remuneração de longo prazo é baseada em critérios de desempenho individual e coletivo, geração de valor para o acionista e potencial de colaboração com a Companhia no futuro e é aprovada pelo Conselho de Administração no ano subsequente.
- Remuneração pós-emprego: não há indicadores de desempenho que são levados em consideração.

Os principais indicadores de desempenho que a companhia considera para a remuneração variável/remuneração de longo prazo dos administradores são: Margem EBITDA Ajustado, FFO ajustado, Lucro líquido.

Para a remuneração variável todos os diretores, estatutários e não-estatutários, tinham uma meta que abrangia os 3 aspectos do ESG.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

O que justifica a maior parte da remuneração total ser variável (de curto ou longo prazo) é o foco da Companhia em resultados. Assim, a estratégia de atração e retenção também deve estar voltada para resultados.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros dos Comitês da Companhia, com exceção dos membros do Comitê de Auditoria, não auferem remuneração específica em decorrência da posição que ocupam nos respectivos Comitês, pelo fato de já serem remunerados por outras posições ocupadas na Companhia.

Adicionalmente, o Sr. Barry Stuart Sternlicht não auferem remuneração em virtude do cargo ocupado no Conselho de Administração, uma vez que renunciou a essa remuneração.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Na data deste Formulário de Referência, não há remunerações recebida pelos diretores da Companhia que sejam suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	3	3	13
Nº de membros remunerados	6	3	3	12
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.640.000	3.660.000	366.000	6.666.000
Benefícios direto e indireto		350.000		350.000
Participações em comitês				
Outros	528.000	1.270.000	73.200	1.871.200

Descrição de outras remunerações fixas	INSS: Conforme orientação de Ofício Circular/CVM/SEP/Nº01/2021 no item 13.2 do Formulário de Referência o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada. O encargo social pago ao INSS não compõe o montante da remuneração global da Administração proposta para aprovação na AGO. Os valores demonstrados neste quadro referem-se a informação de natureza distinta do limite de remuneração global dos administradores proposto para aprovação na AGO, tendo em vista que o montante proposto não inclui os encargos do INSS que são ônus do empregador, enquanto que os valores demonstrados nos quadros do item 13.2 do Formulário de Referência, por outro lado, consideram tais montantes.			
Remuneração Variável	-	-	-	-
Bônus	-	2.690.000	-	2.690.000
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessaçã o do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	2.750.000	-	2.750.000
Observação				-
Total da remuneração	3.168.000	10.720.000	439.200	14.327.200

Remuneração total realizada para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	3	3	13
Nº de membros remunerados	5,33	3	3	11,33
Remuneração fixa anual	2.784.000	4.343.409	190.080	7.317.489
Salário ou pró-labore	2.320.000	3.003.000	158.400	5.481.400
Benefícios direto e indireto		273.655		273.655
Participações em comitês				-

Outros	464.000	1.066.754	31.680	1.562.434
Descrição de outras remunerações fixas	INSS: Conforme orientação de Ofício Circular/CVM/SEP/Nº01/2021 no item 13.2 do Formulário de Referência o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada. O encargo social pago ao INSS não compõe o montante da remuneração global da Administração proposta para aprovação na AGO. Os valores demonstrados neste quadro referem-se a informação de natureza distinta do limite de remuneração global dos administradores proposto para aprovação na AGO, tendo em vista que o montante proposto não inclui os encargos do INSS que são ônus do empregador, enquanto que os valores demonstrados nos quadros do item 13.2 do Formulário de Referência, por outro lado, consideram tais montantes.			
Remuneração Variável	-	2.330.772		2.330.772
Bônus	-	2.330.772		2.330.772
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo			-	-
Baseada em ações (incluindo opções)		2.384.948		2.384.948
Observação				-
Total da remuneração	2.784.000	9.059.128	190.080	12.033.208

Remuneração total realizada no Exercício Social de 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual	2.136.000	3.688.950	192.000	6.016.950
Salário ou pró-labore	1.780.000	2.622.000	158.400	4.560.400
Benefícios direto e indireto		257.470		257.470
Participações em comitês				0
Outros	356.000	809.481	33.600	1.199.081
Descrição de outras remunerações fixas	INSS: Conforme orientação de Ofício Circular/CVM/SEP/Nº01/2021 no item 13.2 do Formulário de Referência o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada. O encargo social pago ao INSS não compõe o montante da remuneração global da Administração proposta para aprovação na AGO. Os valores demonstrados neste quadro referem-se a informação de natureza distinta do limite de remuneração global dos administradores proposto para aprovação na AGO, tendo em vista que o montante			

	proposto não inclui os encargos do INSS que são ônus do empregador, enquanto que os valores demonstrados nos quadros do item 13.2 do Formulário de Referência, por outro lado, consideram tais montantes.			
Remuneração Variável		1.425.403		1.425.403
Bônus		1.425.403		1.425.403
Participação de resultados	-	-		
Participação em reuniões	-	-		
Comissões	-	-		
Outros	-	-		
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-		
Pós-emprego	-	-		
Cessação do cargo				
Baseada em ações (incluindo opções)		1.798.174		1.798.174
Observação				
Total da remuneração	2.136.000	6.912.527	192.000	9.240.527

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual	1.296.000			
Salário ou pró-labore	1.080.000	2.184.117	158.400	3.422.517
Benefícios direto e indireto	0	225.057	0	225.057
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	216.000	632.805	33.600	882.405
Descrição de outras remunerações fixas	INSS: Conforme orientação do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada. O encargo social pago ao INSS não compõe o montante da remuneração global da Administração proposta para aprovação da AGO. Os valores demonstrados neste quadro se referem a informações de natureza distinta do limite de remuneração global dos administradores proposto para aprovação em AGO, tendo em vista que o montante proposto não inclui os encargos do INSS que são ônus do empregador, enquanto que os valores demonstrados no quadro 13.2, por outro lado, considera.			
Remuneração variável	-	-	-	
Bônus	-	979.909		979.909
Participação de resultados	-	-		
Participação em reuniões	-	-		
Comissões	-	-		

Outros	-	-		
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-		
Pós-emprego	-	-		
Cessaç�o do cargo				
Baseada em a�oes (incluindo op�oes)		1.111.231		1.111.231
Observa�o				
Total da remunera�o	1.296.000	5.133.118	192.000	6.621.118

8.3. Em rela o   remunera o variável dos 3 últimos exercícios sociais e   prevista para o exercício social corrente do conselho de administra o, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remunera o variável – exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administra�o	Diretoria Estatut�ria	Conselho Fiscal	Total
N� total de membros	7	3	3	13
N� total de membros remunerados	5	3	3	11
B�nus				
Valor m�nimo previsto no plano de remunera�o	-	-	-	-
Valor m�ximo previsto no plano de remunera�o	-	1.382.400	-	1.382.400
Valor previsto no plano de remunera�o, caso as metas sejam atingidas	-	1.382.400	-	1.382.400
Valor efetivamente reconhecido		2.330.772		
Participa�o nos resultados				
Valor m�nimo previsto no plano de remunera�o	-	-	-	-
Valor m�ximo previsto no plano de remunera�o	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remunera�o, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido				

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	3	3	13
Nº total de membros remunerados	5	3	3	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	–	–	–	–
Valor máximo previsto no plano de remuneração	–	1.425.403	–	1.425.403
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	–	1.425.403	–	1.425.403
Valor efetivamente reconhecido				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	–	–	–	–
Valor máximo previsto no plano de remuneração	–	–	–	–
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	–	–	–	–
Valor efetivamente reconhecido				

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	3	3	13
Nº total de membros remunerados	5	3	3	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	–	979.909	–	979.909
Valor máximo previsto no plano de remuneração	–	979.909	–	979.909
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	–	–	–	–

Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

A Companhia aprovou Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de novembro de 2010 ("Plano Original"), o qual foi alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2019 ("Plano I"), alterado novamente na Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2020 ("Plano II") e por último em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 19 de abril de 2022 ("Plano III"). O Plano Original abrangia o equivalente a até 5% do total das ações da Companhia emitidas à época de sua aprovação, ou seja, a até 3.568.596 ações, o que foi alterado no Plano II, uma vez que este abrangia até 1.892.149¹ ações. O Plano III abrange até 3.092.149 ações.

No âmbito do Plano, o Conselho de Administração criará, periodicamente, Programas de Opção de Ações, onde serão definidas as pessoas elegíveis a receber as opções do Plano, o número e a espécie de ações da Companhia que terão direito de subscrever com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo máximo para o exercício da opção, normas sobre transferência de opções e quaisquer restrições às ações recebidas pelo exercício da opção.

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações será equivalente à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão. Ainda, o preço de exercício deverá ser pago na forma estabelecida em cada Programa e será ajustado pela distribuição de dividendos.

Os executivos e empregados da Companhia, inclusive de controladas, direta ou indiretamente, poderão ser habilitados a participar do referido plano, sendo certo que o Conselho de Administração da Companhia definirá aqueles que serão elegíveis a participar do Plano. Se o contrato de trabalho ou o mandato do colaborador for encerrado por meio de comum acordo entre este e a Companhia todas as opções com as quais o beneficiário tiver sido contemplado poderão ser exercidas em até 90 dias,

contados da data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, mediante notificação por escrito enviada ao presidente do Conselho de Administração da Companhia, sendo que, após tal prazo, serão canceladas.

Nas hipóteses de (i) pedido de demissão ou renúncia ou (ii) demissão por justa causa ou destituição de diretor estatutário por justo motivo, conforme for o caso, a definição de justo motivo prevista na legislação societária ou de justa causa prevista na legislação trabalhista, o que for aplicável, todas as opções que tenham sido concedidas ao beneficiário, estando ou não aptas para exercício segundo as regras do Plano, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou de indenização a qualquer título.

Em decorrência do grupamento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a Companhia em 06 de fevereiro de 2017, na proporção de 4 ações ordinárias para 1 ação ordinária, as 3.568.596 ações abrangidas pelo Plano Original correspondem a 892.149 ações pós grupamento, o que alterou a quantidade de ações abrangidas pelos Programas 1, 2, 3, 4 e 5.

(i) Programa 1:

Em 08 de junho de 2011, foi aprovado o "Programa 1". A participação neste programa inclui, além dos diretores e gestores seniores, os gestores do médio nível hierárquico da Companhia, que são eleitos pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração. Foram concedidas 280.000 opções ao preço de exercício de R\$1,00, diferenciando-se pelo volume de opções recebidas e pelo prazo necessário ao seu exercício ("vesting"), de até 5 anos. Em 13 de abril de 2018 foi concedida extensão de três anos adicionais na vigência contados da data da expiração original.

(ii) Programa 2:

Em 28 junho de 2012, foi outorgado o "Programa 2". A participação neste programa inclui, além dos diretores e gestores seniores da Companhia, que são eleitos pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração. Foram concedidas 89.774 opções ao preço de exercício de R\$5,59, diferenciando-se pelo volume de opções recebidas e pelo prazo necessário ao seu exercício ("vesting"), de até 5 anos. Em 13 de abril de 2018 foi concedida extensão de três anos adicionais na vigência contados da data da expiração original.

(iii) Programa 3:

Em 22 de Outubro de 2013, foi aprovado o "Programa 3". A participação neste programa inclui, além dos diretores e gestores seniores do nível hierárquico da Companhia, que são eleitos pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração. Foram concedidas 131.515 opções ao preço de exercício de R\$7,51, diferenciando-se pelo volume de opções recebidas, mas mantendo-se o mesmo prazo necessário ao seu exercício ("vesting"), de 5 anos. As opções podem ser exercidas até 3 anos após a data do último exercício. Em 13 de abril de 2018 foi concedida extensão de três anos adicionais na vigência contados da data da expiração original.

(iv) Programa 4:

Em 25 de Novembro de 2014, foi aprovado o “Programa 4”. A participação neste programa inclui, além dos diretores e gestores seniores do médio nível hierárquico da Companhia, que são eleitos pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração. Foram concedidas 127.341 opções ao preço de exercício de R\$7,51, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting. Em 13 de abril de 2018 foi concedida extensão de três anos adicionais na vigência contados da data da expiração original.

(v) Programa 5:

Em 15 de Dezembro de 2015, foi aprovado o “Programa 5”. A participação neste programa inclui, além dos diretores e gestores seniores do nível hierárquico da Companhia, que são eleitos pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração. Foram concedidas 110.841 opções ao preço de exercício de R\$7,51, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting. Em 13 de abril de 2018 foi concedida extensão de três anos adicionais na vigência contados da data da expiração original.

(vi) Programa 6:

Em 16 de abril de 2018, foi aprovado o “Programa 6”, para diretores e gestores. O programa contempla 352.000 opções ao preço de exercício de R\$22,00, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting.

(vii) Programa 7:

Em 06 de setembro de 2019, foi aprovado o “Programa 7”, para Executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta ou indiretamente). O programa contempla 226.251 opções, ao preço de exercício de R\$23,42, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting.

(viii) Programa 8:

Em 26 de junho de 2020, foi aprovado o “Programa 8”, para Executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta ou indiretamente). O programa contempla 653.216 opções, ao preço de exercício de R\$21,62, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting.

(ix) Programa 9:

Em 14 de junho de 2021, foi aprovado o “Programa 9”, para Executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta ou indiretamente). O programa contemplava 338.074 opções, ao preço de exercício de R\$30,22, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting. O programa foi cancelado por decisão do Conselho de Administração em reunião realizada no dia 01 de dezembro de 2021.

(x) Programa 10:

Em 01 de dezembro de 2021, foi aprovado o “Programa 10”, para Executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta ou indiretamente). O programa contempla 338.074 opções, ao preço de exercício de R\$24,17, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting. Para adesão ao programa, os executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta e indiretamente), foram convidados a adquirir, caso assim desejarem, as opções de compra indicadas em Carta Convite enviada pela Companhia, de acordo com os prazos, constantes na referida Carta Convite.

(xi) Programa 11:

Em 29 de julho de 2022, foi aprovado o “Programa 11”, para Executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta ou indiretamente). O programa contempla 401.761 opções, ao preço de exercício de R\$18,99, com o prazo necessário ao seu exercício de 5 anos, as opções podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting. Para adesão ao programa, os executivos e/ou determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta e indiretamente), foram convidados a adquirir, caso assim desejarem, as opções de compra indicadas em Carta Convite enviada pela Companhia, de acordo com os prazos, constantes na referida Carta Convite.

b. data de aprovação e órgão responsável

A Companhia aprovou Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de novembro de 2010 (“Plano Original”), o qual foi alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2019 (“Plano I”), alterado novamente na Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2020 (“Plano II”) e por último em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 19 de abril de 2022 (“Plano III”).

c. número máximo de ações abrangidas

O Plano Original abrangia o equivalente a até 5% do total das ações da Companhia emitidas à época de sua aprovação, ou seja, a até 3.568.596 ações, o que foi alterado no Plano, uma vez que este abrange até 892.1492 ações.

Em decorrência do grupamento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a Companhia em 06 de fevereiro de 2017, na proporção de 4 ações ordinárias para 1 ação ordinária, as 3.568.596 ações abrangidas pelo Plano Original correspondem a 892.149 ações pós grupamento, o que alterou a quantidade de ações abrangidas pelos Programas 1, 2, 3, 4 e 5.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2020 aprovou a alteração do Plano para aumentar a quantidade de opções incluídas no Plano I em 1.000.000. Passando de 892.149 para 1.892.149 opções de ações no total.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 19 de abril de 2022 aprovou a alteração do Plano para aumentar a quantidade de opções incluídas no Plano II em 1.200.000. Passando de 1.892.149 para 3.092.149 opções de ações no total.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme o Plano, as opções corresponderão a, no máximo, 3.092.149 ações. O número e a espécie de ações que serão entregues com o exercício da opção serão definidos na carta convite a ser aceita com referência ao Programa estabelecido pelo Conselho de Administração.

e. condições de aquisição de ações

A participação no referido programa inclui diretores, estatutários e não estatutários, e gestores seniores. Nossos executivos, inclusive de nossas controladas, direta ou indiretamente, também poderão ser habilitados a participar do referido plano. O Conselho de Administração indica, em conformidade com o plano e para cada programa, aqueles que serão elegíveis à outorga da opção, os quais são devidamente convidados por escrito a participar do plano.

O preço de exercício deverá ser pago na forma estabelecida em cada programa, de acordo com os preços indicados no item 8.4. (f) abaixo. A opção somente poderá ser exercida nos termos do plano e de cada programa, durante o prazo e nos períodos fixados nestes. A pessoa participante do plano deve ser um colaborador ativo à época da data de exercício.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano Original previa que o preço de exercício da opção deveria equivaler ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação de cada programa. Neste sentido, todos os programas aprovados no âmbito do Plano Original previam um preço de exercício baseado no valor do patrimônio líquido da ação à época, conforme descritos abaixo (programas 1 a 6). No entanto, com a alteração do plano aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2019, o preço de exercício passará a ser o equivalente à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão.

Para referência a Companhia apresenta abaixo descrição dos Programas como foram aprovados no âmbito do Plano Original. No entanto, com o novo Plano, o preço de exercício nos termos destes

Programas passará a ser baseado na média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, nos termos acima descritos.

Em decorrência do grupamento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a Companhia em 06 de fevereiro de 2017, na proporção de 4 ações ordinárias para 1 ação ordinária, as 3.568.596 ações abrangidas pelo Plano Original correspondem a 1.892.149 ações pós grupamento, o que alterou a quantidade de ações abrangidas pelos Programas 1, 2, 3, 4 e 5.

(i) Programa 1:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação de cada do programa, sendo R\$1,00.

(ii) Programa 2:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$5,59.

(iii) Programa 3:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$7,51.

(iv) Programa 4:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$7,51.

(v) Programa 5:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$7,51.

(vi) Programa 6:

O preço de exercício do Plano Original era equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$22,00.

(vii) Programa 7:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$23,42.

(viii) Programa 8:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$21,62.

(ix) Programa 9:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$30,22. O programa foi cancelado por decisão do Conselho de Administração em reunião realizada no dia 01 de dezembro de 2021.

(x) Programa 10:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$24,17.

(xi) Programa 11:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$18,99.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

As opções poderão ser exercidas anualmente e os planos têm seus prazos de exercício condizentes com a relevância do colaborador e o alinhamento com os objetivos de longo prazo do plano. Ainda, o Conselho de Administração poderá prorrogar (mas não antecipar) o prazo final para o exercício da opção dos Programas em vigência.

h. forma de liquidação

O exercício das opções confere o direito a ações ordinárias da LOG, pelo Preço de Exercício. Após cada exercício das opções, as ações serão disponibilizadas ao titular. Após cada exercício das opções, as ações serão disponibilizadas ao titular.

As ações objeto das opções poderão ser emitidas via aumento de capital da Companhia, ou poderão ser oferecidas opções de compra das ações existentes em tesouraria da Companhia, mediante prévia aprovação da CVM.

i. restrições à transferência das ações

O titular das ações que foram originalmente adquiridas no âmbito do Plano não poderá vender, transferir ou alienar tais ações de emissão da Companhia, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos tenham decorrido para o adquirente da propriedade das ações objeto do plano, pelo período mínimo de indisponibilidade previsto na Carta Convite, onde os termos e condições de cada opção concedida segundo o Plano estarão fixados.

O titular das ações obrigará-se a não as apresentar em garantia, não as onerar e a não instituir sobre as mesmas qualquer forma de gravame.

A Companhia fará constar no respectivo Livro de Transferência de Ações, as restrições sobre a alienabilidade das ações decorrentes do exercício das opções conforme previsto no Plano.

Após o prazo de restrição previsto no Plano, caso qualquer beneficiário pretenda, direta ou indiretamente, dispor ou, de qualquer maneira, transferir a totalidade ou parte de suas ações a um terceiro, este beneficiário deverá notificar a Companhia, por escrito, especificando o nome do terceiro, o prazo, as condições de pagamento, a quantidade de ações ofertadas, assim como todos os demais elementos necessários para que a Companhia manifeste, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, se pretende exercer o direito de preferência de adquirir as ações do beneficiário nos mesmos termos, condições e prazo. Caso a Companhia não exerça o direito de preferência durante o prazo de 30 (trinta) dias acima indicado, o beneficiário terá o direito de vender as ações, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados do término do prazo em termos e condições não melhores do que aqueles oferecidos à Companhia.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Se o número de ações existentes na Companhia for aumentado ou diminuído ou se as ações forem trocadas por espécies ou classes diferentes, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão então feitos ajustes apropriados no número de Ações em relação às quais as opções tenham sido concedidas e ainda não exercidas. Quaisquer ajustes nas opções serão feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da opção, mas com ajuste correspondente ao preço de exercício por cada ação ou qualquer unidade de ação abrangida pela opção.

O Conselho de Administração estabelecerá as regras aplicáveis para os casos de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Se o contrato de trabalho ou o mandato do colaborador for encerrado por meio de comum acordo entre este e a Companhia todas as opções com as quais o beneficiário tiver sido contemplado poderão ser exercidas em até 90 dias, contados da data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, mediante notificação por escrito enviada ao presidente de nosso Conselho de Administração, sendo que, após tal prazo, serão canceladas.

Nas hipóteses de (i) pedido de demissão ou renúncia ou (ii) demissão por justa causa ou destituição

de diretor estatutário por justo motivo, conforme for o caso, a definição de justo motivo prevista na legislação societária ou de justa causa prevista na legislação trabalhista, o que for aplicável, todas as opções que tenham sido concedidas ao beneficiário, estando ou não aptas para exercício segundo as regras do Plano, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou de indenização a qualquer título.

exercidas, independentemente da observância de períodos de restrição à venda de ações no âmbito do Programa e mesmo que o direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido, imediatamente e pelo prazo de exercício previsto no respectivo Programa.

Em caso de aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade, após os 60 (sessenta) anos de idade e desde que concomitantemente haja a cessação da prestação dos serviços, as opções cujo direito de exercício (i) não tenha sido adquirido até tal data, serão canceladas; e (ii) já tenha sido adquirido até tal data, poderão ser exercidas em até 90 (noventa) dias, contados da data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, mediante notificação por escrito enviada ao presidente do Conselho de Administração, sendo que, após tal prazo, serão canceladas.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2022

Remuneração baseada em ações para o exercício social encerrado em 31/12/2022	Diretoria Estatutária								
	Programa 2	Programa 3	Programa 4	Programa 5	Programa 6	Programa 7	Programa 8	Programa 10	Programa 11
Número total de membros	1	2	2	2	2	2	2	3	3
Número de membros remunerados	1	2	2	2	2	2	2	3	3
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:									

Remuneração baseada em ações para o exercício social encerrado em 31/12/2022	Diretoria Estatutária								
	Programa 2	Programa 3	Programa 4	Programa 5	Programa 6	Programa 7	Programa 8	Programa 10	Programa 11
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	22,36	30,04	30,04	30,04	22,00	23,42	21,62	24,17	18,99
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	19,38	N/A	N/A						
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	1,80%								

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2021

Remuneração baseada em ações para o exercício social encerrado em 31/12/2021	Diretoria Estatutária								
	Programa 1	Programa 2	Programa 3	Programa 4	Programa 5	Programa 6	Programa 7	Programa 8	Programa 10
Número total de membros	1	1	2	2	2	2	2	2	3
Número de membros remunerados	1	1	2	2	2	2	2	2	3
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:									
(a) Das opções em aberto no início do exercício social ¹	4,00	22,36	30,04	30,04	30,04	22,00	23,42	21,62	24,17
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	0	22,36	30,04	30,04	30,04	22,00	23,42	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	2,18	N/A							

(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	4,04	2,73	2,09	3,43	3,48	4,66	4,76	11,83 e 12,66	7,51
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	1,44%								

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2020

Remuneração baseada em ações para o exercício social encerrado em 31/12/2020	Diretoria Estatutária							
	Programa 1	Programa 2	Programa 3	Programa 4	Programa 5	Programa 6	Programa 7	Programa 8
Número total de membros	1	1	2	2	2	2	2	2
Número de membros remunerados	1	1	2	2	2	2	2	2
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:								
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	4,00	22,36	30,04	30,04	30,04	22,00	23,42	21,62
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	0	22,36	30,04	30,04	30,04	22,00	23,42	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	2,18	0	0	0	0	0	0	0
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	4,04	2,73	2,09	3,43	3,48	4,66	4,76	11,83 e 12,66
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0	0	0	0	0	0	0	1,14%

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data da outorga
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Tendo em vista que esse programa não beneficia aos membros do conselho de administração da Companhia, indicamos abaixo as informações pertinentes com relação às opções detidas pela Diretoria Estatutária:

Opções Outorgadas - exercício social encerrado em 31/12/2022

	Diretoria Estatutária
número total de membros	3
número de membros remunerados	3
data de outorga	29/07/2022
quantidade de opções outorgadas	284.357
prazo para que as opções se tornem exercíveis	Até 12/2026
prazo máximo para exercício das opções	29/12/2029
prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	3 meses
valor justo das opções na data da outorga	8,61
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	2.448.313,77

Opções Outorgadas - exercício social encerrado em 31/12/2021

	Diretoria Estatutária
número total de membros	3
número de membros remunerados	3
data de outorga	01/12/2021
quantidade de opções outorgadas	235.978
prazo para que as opções se tornem exercíveis	Até 12/2025
prazo máximo para exercício das opções	29/12/2028
prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	3 meses
valor justo das opções na data da outorga	7,51
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.772.194,78

Opções Outorgadas - exercício social encerrado em 31/12/2020

	Diretoria Estatutária
número total de membros	3
número de membros remunerados	3
data de outorga	26/06/2020
quantidade de opções outorgadas	557.000
prazo para que as opções se tornem exercíveis	Até 12/2029
prazo máximo para exercício das opções	12/2027 e 12/2032
prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	n/a
valor justo das opções na data da outorga	11,83 e 12,66
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	6.921.310,00

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. em relação às opções ainda não exercíveis

i. quantidade

ii. data em que se tornarão exercíveis

iii. prazo máximo para exercício das opções

iv. prazo de restrição à transferência das ações

v. preço médio ponderado de exercício

vi. valor justo das opções no último dia do exercício social

e. em relação às opções exercíveis

i. quantidade

ii. prazo máximo para exercício das opções

iii. prazo de restrição à transferência das ações

iv. preço médio ponderado de exercício

v. valor justo das opções no último dia do exercício social

f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

A tabela a seguir apresenta as informações sobre as opções em aberto concedidas no âmbito do plano de outorga de opções de compra de ações da Companhia. Tendo em vista que esse programa não beneficia aos membros do conselho de administração da Companhia, indicamos abaixo as informações pertinentes com relação às opções em aberto detidas pela Diretoria Estatutária:

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2022

	Programa 3	Programa 4	Programa 5	Programa 6	Programa 7	Programa 8	Programa 10	Programa 11
Número total de membros	2	2	2	2	2	2	3	3
Número de membros remunerados	2	2	2	2	2	2	3	3
Em relação a opções ainda não exercíveis:								
Quantidade	-	-	-	-	103.500	473.450	188.782	255.920
Data em que se tornarão exercíveis	-	-	-	-	Até 2023	Até 2029	Até 2025	Até 2026
Prazo máximo para o exercício das opções	-	-	-	-	12/2026	12/2027 e 12/2032	12/2028	12/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	30,04	30,04	30,04	22,00	23,42	21,62	24,17	18,99
Valor justo das opções no último dia do exercício social	2,09	3,43	3,48	4,66	4,76	11,83 e 12,66	7,51	8,61
Em relação às opções exercíveis								
Quantidade	20.729	20.729	20.729	261.000	25.876	83.550	47.196	28.437
Prazo máximo para o exercício das opções	31/12/23	31/12/24	31/12/25	30/04/2025	31/12/26	31/12/2027 e 31/12/2032	29/12/2028	29/12/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	30,04	30,04	30,04	22,00	23,42	21,62	24,17	18,99
Valor justo das opções no último dia do exercício social	2,09	3,43	3,48	4,66	4,76	11,83 e 12,66	7,51	8,61
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	43.323,61	71.100,47	72.136,92	1.216.260,00	123.169,76	1.038.196,50	354.441,96	244.842,57

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2021

	Programa 2	Programa 3	Programa 4	Programa 5	Programa 6	Programa 7	Programa 8	Programa 10
Número total de membros	1	2	2	2	2	2	2	3
Número de membros remunerados	1	2	2	2	2	2	2	3
Em relação a opções ainda não exercíveis:								
Quantidade	–	–	–	–	208.800	109.969	501.300	212.380
Data em que se tornarão exercíveis	–	–	–	–	Até 2022	Até 2023	Até 2029	Até 2025
Prazo máximo para o exercício das opções	–	–	–	–	12/2025	12/2026	12/2027 e 12/2032	12/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a						
Preço médio ponderado do exercício	22,36	30,04	30,04	30,04	22,00	23,42	21,62	24,17
Valor justo das opções no último dia do exercício social	2,73	2,09	3,43	3,48	4,66	4,76	11,83 e 12,66	7,51
Em relação às opções exercíveis								
Quantidade	15.349	20.729	20.729	20.729	52.200	19.407	55.700	23.598
Prazo máximo para o exercício das opções	31/12/22	31/12/23	31/12/24	31/12/25	30/04/2025	31/12/26	31/12/2027 e 31/12/2032	29/12/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a						
Preço médio ponderado do exercício	22,36	30,04	30,04	30,04	22,00	23,42	21,62	24,17
Valor justo das opções no último dia do exercício social	2,73	2,09	3,43	3,48	4,66	4,76	11,83 e 12,66	7,51
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	41.902,77	43.323,61	71.100,47	72.136,92	138.852,00	92.377,32	692.131	177.220,98

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2020

	Programa 1	Programa 2	Programa 3	Programa 4	Programa 5	Programa 6	Programa 7	Programa 8
Número total de membros	1	1	2	2	2	2	2	2
Número de membros remunerados	1	1	2	2	2	2	2	2
Em relação a opções ainda não exercíveis:								
Quantidade	-	-	-	-	-	221.850	116.438	529.150
Data em que se tornarão exercíveis	-	-	-	-	-	Até 2022	Até 2023	Até 2029
Prazo máximo para o exercício das opções	-	-	-	-	-	12/205	12/2026	12/2027 e 12/2032
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a							
Preço médio ponderado do exercício	4,00	22,36	30,04	30,04	30,04	22,00	23,42	21,62
Valor justo das opções no último dia do exercício social	4,04	2,73	2,09	3,43	3,48	4,66	4,76	11,83 e 12,66
Em relação às opções exercíveis								
Quantidade	0	15.349	20.729	20.729	20.729	39.150	12.938	27.850
Prazo máximo para o exercício das opções	31/12/21	31/12/22	31/12/23	31/12/24	31/12/25	30/04/2025	31/12/26	31/12/2027 e 31/12/2032
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a							
Preço médio ponderado do exercício	4,00	22,36	30,04	30,04	30,04	22,00	23,42	21,62
Valor justo das opções no último dia do exercício social	4,04	2,73	2,09	3,43	3,48	4,66	4,76	11,83 e 12,66
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	0	343.203,64	622.699,16	622.699,16	622.699,16	861.30,00	303.007,96	602.117,00

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício

f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Tendo em vista que esse programa não beneficia aos membros do conselho de administração da Companhia, indicamos abaixo as informações pertinentes com relação às opções detidas pela Diretoria Estatutária:

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2022

	Diretoria Estatutária
número total de membros	3
número de membros remunerados	3
Opções Exercidas	
número de opções	15.349
preço médio ponderado de exercício	22,36
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	22,80
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	6.753,56

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2021

	Diretoria Estatutária
número total de membros	3
número de membros remunerados	3
Opções Exercidas	
número de opções	-
preço médio ponderado de exercício	-
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2020

	Diretoria Estatutária
número total de membros	3
número de membros remunerados	3
Opções Exercidas	
número de opções	45.000
preço médio ponderado de exercício	4,04
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	32,02
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	1.259.100

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Tendo em vista que esse programa não beneficia aos membros do conselho de administração da Companhia, indicamos abaixo as informações pertinentes com relação às opções detidas pela Diretoria Estatutária:

Exercício social encerrado em 31/12/2022

	Diretoria Estatutária
número total de membros	3
número de membros remunerados	3
diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	1,80%

Exercício social encerrado em 31/12/2021

	Diretoria Estatutária
número total de membros	3
número de membros remunerados	3
diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	1,44%

Exercício social encerrado em 31/12/2020

	Diretoria Estatutária
número total de membros	3
número de membros remunerados	3
diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	1,14%

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de ações outorgadas
- f. prazo máximo para entrega das ações
- g. prazo de restrição à transferência das ações
- h. valor justo das ações na data da outorga
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não aplicável, já que na Log usamos o Programa de Compra de Opções.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de aquisição
- f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas
- g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Tendo em vista que esse programa não beneficia aos membros do conselho de administração da Companhia, indicamos abaixo as informações pertinentes com relação às opções detidas pela Diretoria Estatutária:

Opções exercidas e ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2022

	Diretoria Estatutária
número total de membros	3
número de membros remunerados	3
Opções Exercidas	
número de opções	15.349
preço médio ponderado de exercício	22,36
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	22,80
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	6.753,56
Ações Entregues	
número de ações	15.349
preço médio ponderado de exercício	22,36
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	22,80
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	6.753,56

Opções exercidas e ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2021

	Diretoria Estatutária
número total de membros	3
número de membros remunerados	3
Opções Exercidas	
número de opções	-
preço médio ponderado de exercício	-
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-
Ações Entregues	
número de ações	-
preço médio ponderado de exercício	-
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-

Opções exercidas e ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2020

	Diretoria Estatutária
número total de membros	3
número de membros remunerados	3
Opções Exercidas	
número de opções	45.000
preço médio ponderado de exercício	45.000
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	4,04
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	32,02
Ações Entregues	
número de ações	45.000
preço médio ponderado de exercício	4,04
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	32,02
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	1.259.100

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

Os valores do plano de remuneração em ações foram estimados adotando-se o modelo Black and Scholes. Este modelo leva em consideração o valor do ativo objeto, preço de exercício, tempo a decorrer até o exercício, probabilidade da opção a ser exercida, volatilidade e taxa de juros ponderados para o período de cada lote de opções baseadas na taxa DI divulgada pela BM&FBOVESPA. Vale destacar que o tempo a decorrer até o exercício foi mensurado conforme decisão da administração e considera o final do período de carência como base para o cálculo, ou seja, as opções são calculadas com prazo de exercício determinado de cinco anos.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Preço do exercício

(i) Programa 1:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação de cada do programa, sendo R\$1,00 até fevereiro de 2017 e R\$4,00 após aprovação do grupamento de ações.

(ii) Programa 2:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$5,59 até fevereiro de 2017 e R\$22,36 após aprovação do grupamento de ações.

(iii) Programa 3:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$7,51 até fevereiro de 2017 e R\$30,04 após aprovação do grupamento de ações.

(iv) Programa 4:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do

patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$7,51 até fevereiro de 2017 e R\$30,04 após aprovação do grupamento de ações.

(v) Programa 5:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$7,51 até fevereiro de 2017 e R\$30,04 após aprovação do grupamento de ações.

(vi) Programa 6:

O preço de exercício do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações é equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação do programa, sendo R\$22,00.

(vii) Programa 7:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$23,42.

(viii) Programa 8:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$21,62.

(ix) Programa 9:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$30,22.

O programa foi cancelado por decisão do Conselho de Administração em reunião realizada no dia 01 de dezembro de 2021.

(x) Programa 10:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$24,17.

(xi) Programa 11:

O preço de exercício equivale à média dos 30 (trinta) pregões exatamente anteriores à data da concessão, sendo R\$18,99.

Preço médio das ações ponderadas

O preço médio ponderado de mercado das ações exercidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considerando a data de exercício, foi de R\$25,30

Preço médio das ações ponderadas

O preço médio ponderado de mercado das ações exercidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considerando a data de exercício, foi de R\$25,30

Volatilidade esperada

Programa 2	Programa 3	Programa 4	Programa 5	Programa 6	Programa 7	Programa 8	Programa 10	Programa 11
42,26%	36,56%	27,17%	26,73%	29,38%	30,86%	39,97%	37,48%	39,21%

Prazo de vida da opção

O prazo necessário ao exercício das opções é de 5 anos, e podem ser exercidas em até 3 anos após o período de vesting.

Taxa de juros livre de risco

Para a taxa livre de risco foi considerado uma média das taxas CDI futuras do prazo de exercício máximo de cada tranche dos planos, dado por projeção da B3.

Dividendos esperados

Programa 2	Programa 3	Programa 4	Programa 5	Programa 6	Programa 7	Programa 8	Programa 10	Programa 11
5,00%	5,00%	5,00%	6,02%	5,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não incorporamos os efeitos esperados de exercícios antecipado, considerando que o Plano de Outorga de Opção de compra de ações não prevê antecipação do direito de exercício, exceto em caso de morte de beneficiário.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada foi calculada com base na média histórica da Companhia, de empresas do mesmo setor de atuação e dos dados da B3.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todas as características utilizadas na mensuração do valor justo das opções estão descritas acima.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Em 31 de dezembro de 2022

Log Commercial Properties e Participações S.A.			
Órgão	Valor Mobiliário	Quantidade	Percentual
Controlador	Ações Ordinárias	10.557.094	10,33%
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	4.385.974	4,29%
Diretoria	Ações Ordinárias	81.349	0,08%
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	-	-
Total	Ações Ordinárias	15.024.417	14,71%

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. nome do plano

e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

f. condições para se aposentar antecipadamente

g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária										
Número Total de membros	7	3										
Número de Membros remunerados	6	3										
Nome do plano	Icatu	Icatu										
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	0										
Condições para se aposentar antecipadamente	Para ter acesso à aposentadoria é necessário ter no mínimo 60 anos de idade, 5 anos de contribuição ao plano	Para ter acesso à aposentadoria é necessário ter no mínimo 60 anos de idade, 5 anos de contribuição ao plano										
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 0,00	R\$108.416,00										
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 0,00	R\$108.416,00										
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N.A.	<p>O acesso ao saldo formado pelas contribuições da Log ocorre somente no desligamento e está diretamente relacionado ao tempo de contribuição ao plano, conforme tabela abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Tempo de Contribuição ao Plano (em meses)</th> <th>% do Saldo da Contribuição Empresa</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Menor que 36 meses</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>Maior ou igual à 36 meses e Menor que 60 meses</td> <td>35%</td> </tr> <tr> <td>Maior ou igual à 60 meses e Menor que 84 meses</td> <td>70%</td> </tr> <tr> <td>Maior ou igual à 84 meses</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>	Tempo de Contribuição ao Plano (em meses)	% do Saldo da Contribuição Empresa	Menor que 36 meses	0%	Maior ou igual à 36 meses e Menor que 60 meses	35%	Maior ou igual à 60 meses e Menor que 84 meses	70%	Maior ou igual à 84 meses	100%
Tempo de Contribuição ao Plano (em meses)	% do Saldo da Contribuição Empresa											
Menor que 36 meses	0%											
Maior ou igual à 36 meses e Menor que 60 meses	35%											
Maior ou igual à 60 meses e Menor que 84 meses	70%											
Maior ou igual à 84 meses	100%											

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. valor da maior remuneração individual

e. valor da menor remuneração individual

f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	7,00	7,00	7,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	5,33	5,00	5,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	5.558.320	4.329.265	3.088.993	1.800.000	1.300.000	600.000	52.800	52.800	52.800
Valor da menor remuneração (Reais)	1.102.539	726.325	691.425	120.000	120.000	120.000	52.800	52.800	52.800
Valor médio da remuneração (Reais)	2.664.125	2.034.349	1.500.104	435.272	356.000	216.000	52.800	52.800	52.800

Observação :

Conselho de Administração	
31/12/2022 2	O Sr Rafael Padilha de Lima Costa passou a auferir remuneração a partir da competência setembro/2022.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia possui como plano de benefício pós emprego o plano de previdência privada, detalhado no item 8.14 deste formulário.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não aplicável, dado que nos 3 últimos exercícios sociais a Companhia não reconheceu remuneração nos seus resultados referentes a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, dado que nos 3 últimos exercícios sociais a Companhia não reconheceu nos seus resultados valores referentes a remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal por qualquer outra função que não a que ocupam atualmente.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração para administradores e membros do conselho fiscal da Companhia reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Nos exercícios anteriores e, conforme disposto no item 8.2, a Companhia sempre apresentou as informações relativas à remuneração global dos administradores, tanto com relação às propostas da administração submetidas às assembleias gerais da Companhia, como em relação às demais informações apresentadas aos investidores, sem considerar o valor dos encargos previdenciários previstos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social- INSS

("INSS"). A Companhia se comprometeu, a partir do exercício social de 2019, e apresentar na proposta da administração a ser submetida à assembleia geral de acionistas da Companhia alteração na política de divulgação, passando a apresentar na conta de "outros" as informações relativas à remuneração global de seus administradores com a inclusão dos valores correspondentes ao INSS.